



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 156, TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 121ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 22 DE SETEMBRO DE 2025

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, nos termos do Requerimento nº 41/2025, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	7
1.2.1 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim)	7
1.2.2 – Execução do Hino Nacional brasileiro	11
1.2.3 – Exibição de vídeo com o discurso do Senador Romário.	11
1.2.4 – Oradores	
Sra. Anna Paula Feminella, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	11
Sra. Lailah Vilela, Auditora Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego	14
Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	15
Sra. Janine Mello dos Santos, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	19
Sr. Hisaac Alves de Oliveira, representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	20
Sra. Vitória Bernardes, Conselheira Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Rio Grande do Sul (Coepede-RS)	23
Sra. Maria Clara Israel, servidora da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)	25
Sr. Oswaldo Freire, autor do livro O Desafiante Mundo do Autista	26
Sr. Fernando Cotta, fundador do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB)	27
Sra. Érica Curado, representante da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça)	30



1.2.5 – Declamação do poema “Transforme Arte” pela Sra. Anna Carolina Ferreira da Rocha.	31
1.2.6 – Oradores (continuação)	
Senadora Damares Alves	32
1.2.7 – Declamação do poema “Caminho Inclusivo” pela Sra. Nazaré Silva, de autoria do seu filho Samuel Silva.	33
1.3 – ENCERRAMENTO	34
2 – ATA DA 122ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2025	
2.1 – ABERTURA	36
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Rejeição à PEC nº 3/2021, que amplia as prerrogativas parlamentares, e ao projeto de anistia aos condenados por tentativa de golpe de Estado, considerados graves retrocessos democráticos, ressaltando nota oficial da Bancada do PT no Senado Federal. Defesa da soberania alimentar e do combate à fome, destacando a reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).	36
Senador Eduardo Girão – Manifestação contrária à PEC nº 3/2021, que amplia as prerrogativas parlamentares. Relato da viagem de S. Exa. à Itália em visita à Deputada Federal Carla Zambelli. Apoio à proposta de anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. Cobrança da tramitação do pedido de <i>impeachment</i> do Ministro do STF Alexandre de Moraes.	39
Senador Sergio Moro – Críticas à PEC nº 3/2021, que amplia as prerrogativas parlamentares. Defesa de garantias procedimentais para proteger a imunidade dos Deputados e Senadores por suas opiniões, palavras e votos.	44
2.2.2 – Convocação de Sessões	
Convocação de sessão de premiações e condecorações para 23 de setembro, às 10 horas, destinada ao Conselho do Prêmio Trânsito Seguro - Gesto Redobrado para o Futuro.	46
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 23 de setembro, às 14 horas.	46
2.2.3 – Discurso do Presidente (Senador Confúcio Moura) – Defesa do orçamento como peça estratégica de planejamento, com prioridade para educação de qualidade e fortalecimento da saúde básica como caminhos para combater desigualdades. Apelo em favor da vacinação como medida indispensável de prevenção de doenças graves.	46
2.3 – ENCERRAMENTO	48

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações



Da Senadora Damares Alves, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 18 a 20 de setembro (Ofício nº 410/2025).	50
Do Senador Eduardo Girão, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 25 a 28 de setembro (Ofício nº 232/2025).	51
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 86/2025).	52

3.1.2 – Projeto de Lei

Nº 4696/2025, do Senador Jorge Kajuru, que <i>altera o art. 15 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para restringir a aplicação da desistência voluntária e do arrependimento eficaz nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa</i>	54
---	----

3.1.3 – Requerimentos

Nº 684/2025, da Senadora Leila Barros, requer voto de aplauso ao Sr. Caio Oliveira de Sena Bonfim, pela conquista da medalha de ouro no Campeonato Mundial de Atletismo, na prova da Marcha Atlética.	59
---	----

Nº 685/2025, do Senador Izalci Lucas, requer voto de congratulações ao Sr. Caio Oliveira de Sena Bonfim, pela brilhante conquista das medalhas de ouro e de prata na marcha atlética no Mundial de Atletismo, em Tóquio.	63
--	----

Nº 686/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre as ações planejadas e a serem promovidas em alusão ao Dia Nacional de Valorização da Família, em 21 de outubro, bem como sobre a execução de políticas públicas atreladas às atribuições regimentais do Ministério para o tema.	67
---	----

3.1.4 – Término de Prazo

Término do prazo, em 19 de setembro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 6122/2023.	74
--	----

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	75
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	78
6 – LIDERANÇAS	79
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	82
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	86
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	89
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	133

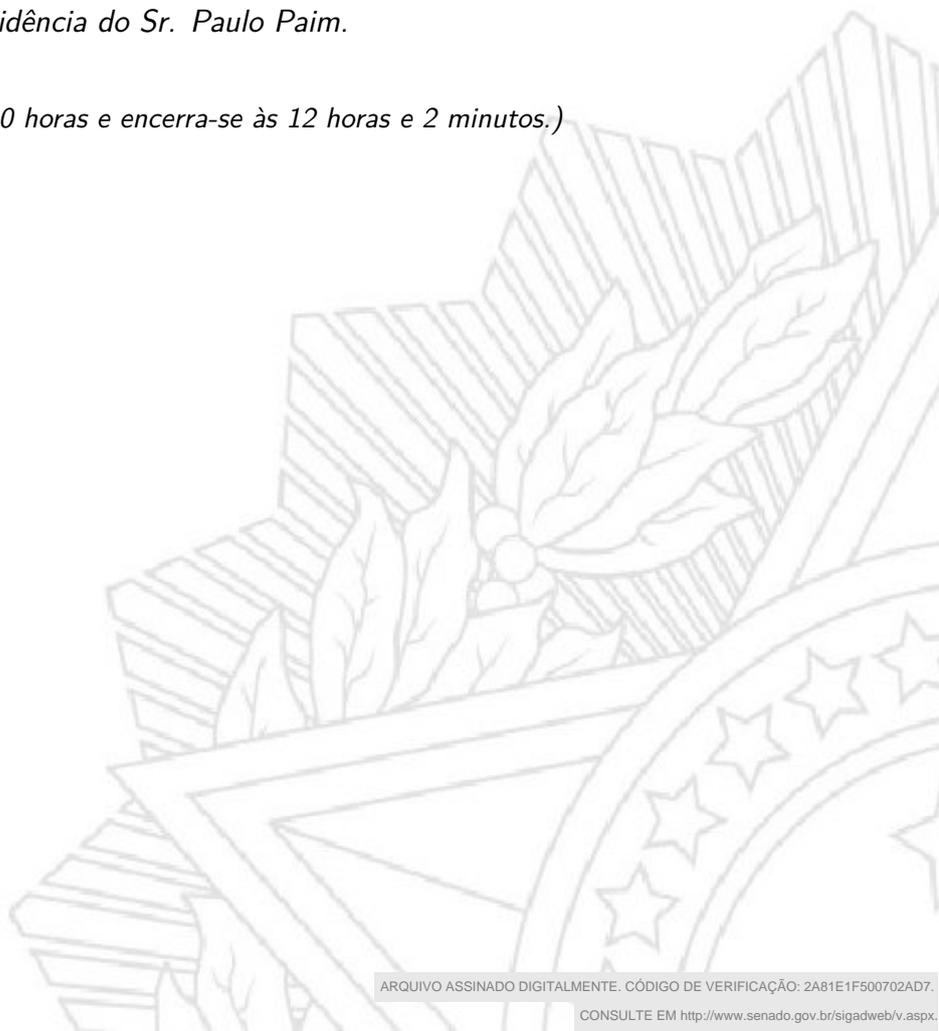


Ata da 121ª Sessão, Especial,
em 22 de setembro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e encerra-se às 12 horas e 2 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2025, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, tendo sido aprovado esse requerimento pelo Plenário do Senado.

A sessão é destinada a comemorar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, lei de nossa autoria.

Vou fazer um pronunciamento, que é de praxe, em nome da mesa e da Presidência do Senado, e, em seguida, vamos formatar a mesa, e os nossos convidados usarão a palavra.

Senhoras e senhores, amigos e amigas, bom dia. Sejam todos, todos bem-vindos.

Esta causa é de todo o povo brasileiro. Eu diria que é uma causa além disso, é uma causa planetária, internacional.

Nós todos fizemos o bom combate para que as pessoas com deficiência tivessem o seu estatuto. Além de eu ser o autor, eu lembro os Relatores, Senador Romário, Senador Flávio Arns e Senadora Mara Gabrilli. Na época, todos nós éramos Deputados ainda. E, quando ele veio da Câmara para o Senado, eu já estava aqui, e o Romário já estava aqui também.

Vamos em frente.

Esta sessão especial é para lembrar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, 21 de setembro

Antes de iniciar, acho que é uma questão de justiça com o povo brasileiro, registro que, ontem, também foi um dia de outra luta justa. Foi um dia em que os 27 estados e centenas de cidades se movimentaram em nome da democracia, da soberania, da justiça e da liberdade. A população brasileira foi às ruas para dizer não à PEC da impunidade.

Eu digo para vocês: eu estou aqui há alguns anos neste Congresso, quase 40 anos. Quanto a essa PEC da impunidade que veio para cá, eu diria, com 99,99%, que ela será rejeitada, arquivada. E, como alguém já disse, eu repito, se depender do Senado, ela tem que ir para a lata do lixo da história!

Um projeto como esse dá imunidade aos Parlamentares, que poderia cometer qualquer crime sem ser punido. Não seria punido, simplesmente.

Calculem os senhores que estão aqui no Plenário ou que estão em casa me ouvindo e vendo, neste momento, se é admissível que isso aconteça.

Por isso eu quero fazer esse registro logo na abertura dos trabalhos do Senado, nesta segunda-feira.

Repito, essa proposta cria uma espécie de escudo que blinda Parlamentares, que não poderão mais ser investigados sem que eles passem, primeiro, pelo crivo dos seus pares, ou seja, é um enorme e gravíssimo retrocesso na vida política do país.

A nossa democracia foi alcançada a duas penas.

Eu me lembro, eu sou de 1950. Quando deu o golpe, eu tinha 14 anos. Eu presidia um ginásio noturno para trabalhadores. De lá fui retirado porque eu defendia a democracia e me mandaram para outro ginásio noturno. Com três meses lá, eu presidia o grêmio de novo. Veja bem, Fernando Cotta, que está aqui, estou com o livro dele aqui na minha frente: a democracia sobrevive, apesar de todos os ataques que tivemos. Depois me tiraram do outro também, porque eu estava fazendo movimentos em nome da democracia. Fui para as fábricas e virei dirigente sindical. E acabei terminando com 40 anos de Congresso, como estou praticamente hoje.

Quero aqui eu, em nome da história e do povo brasileiro, reafirmar o Estado democrático de direito, a independência dos três Poderes e a nossa soberania. O Brasil precisa de justiça. Precisamos que o Congresso tenha atitudes como esta, por exemplo, lembrando um dia de luta das pessoas com deficiência.



Precisamos que o Congresso tenha atitudes para melhorar a vida das pessoas. Além disso, como é que está a saúde, como é que está a educação, como é que está a segurança, como é que está a moradia, como é que está o salário mínimo, como é que está, enfim, o direito à vida de qualidade no nosso país? É urgente, por exemplo, a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos e entre 5 mil e 7 mil escalonados, que também vai pagar menos.

Nesse contexto de novas tecnologias, temos que entender que a inteligência artificial já está aí e há quem diga que ela poderá, até 2030, 2035, fazer com que a gente perca em torno de 40 milhões de empregos. Poderemos perder? Poderemos e teremos que viver com esse novo momento. Eu me lembro, quando apresentei a PEC 148, lá em 2015, estive na França numa oportunidade, para saber como é que eles chegaram àquela redução de jornada, eles me contaram a história. No primeiro momento, eles quebravam as máquinas porque não queriam aquela tecnologia moderna. Bobagem. Eles mesmos entenderam, avançaram e hoje a carga horária na França é 36 horas. Não é quebrar as máquinas, é saber enfrentar e viver nesse novo momento. Por isso que a redução de jornada é tão importante.

Não podemos deixar de discutir. O Brasil é um dos poucos países que não taxam super-ricos. Por que tem gente que ganha R\$100 mil, R\$200 mil do Erário público? Quer ganhar R\$100 mil, R\$200 mil, R\$500 mil, vai para a área privada, mas do Erário público! Muita gente pode crer no que estou dizendo e quem duvidar que venha me perguntar que eu digo quem ganha mais de R\$100 mil por mês.

Vamos ao nosso tema, mas eu tinha que fazer esta homenagem ao povo brasileiro. Eu queria que, neste momento, a gente desse uma salva de palmas a todo o povo brasileiro. Eu digo sempre que pátria somos todos, vida longa à democracia. (*Palmas.*)

Dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, Lei 11.133, de 2005, que teve origem num projeto que apresentamos, mas foi construída junto com vocês. O espírito da lei evoca celebrar as vitórias alcançadas por esse segmento da população tão importante, uma data para que as pessoas com deficiência possam refletir sobre temas importantes com todo o nosso povo, com toda a nossa gente. Aliás, essa busca, no dia a dia, no cotidiano, com muito diálogo, com respeito, debate a ação política. Do individual, da consciência, alcançamos o coletivo em sua essência de solidariedade.

No dia de hoje, as esperanças residem na regulamentação da avaliação biopsicossocial. São cerca de 30 políticas públicas que serão impactadas por essa avaliação – e aqui os painelistas haverão de aprofundar.

E aqui estamos, para continuar em frente, dando a nossa contribuição nesse processo. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado acompanhou as reuniões e debates do grupo de trabalho criado para aprimorar o Índice de Funcionalidade Brasileiro. Esse índice é o instrumento que servirá de base para a avaliação biopsicossocial da deficiência, prevista no art. 2º da Lei nº 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão.

Para que esse modelo de avaliação entre em vigor rapidamente, é necessário que esse instrumento seja regulamentado pelo Poder Executivo. É com esse instrumento que teremos uma avaliação de deficiência mais adequada, mais justa e equilibrada, feita de maneira individualizada e levando em conta não apenas os impedimentos corporais de uma pessoa, mas também as barreiras que essa pessoa enfrenta no seu dia a dia.

Com esse entendimento, o Estado deverá identificar tais barreiras e criar os meios para diminuir ou eliminar os fatores que limitam o desempenho das atividades das pessoas com deficiência, determinando melhor o papel da família, da sociedade e do próprio Estado na promoção da acessibilidade e da inclusão social para cerca de 18 milhões de pessoas em nosso país. Dessa forma, estamos aqui, como em outros momentos, cada um de nós no seu espaço, dando oportunidade a essas pessoas para o exercício de sua cidadania, garantindo o seu protagonismo.



A avaliação biopsicossocial é um desafio que precisamos encarar. É uma mudança bastante grande, sim, eu sei, é verdadeiro, mas temos que encará-la. Todos nós estamos entrando em um terreno novo – agora mesmo eu falava da inteligência artificial. Sua implementação trará impactos econômicos para a sua gestão, mas as transformações sociais que ela trará para a vida das pessoas com deficiência serão profundas.

Senhoras e senhores, o Estatuto da Pessoa com Deficiência completou dez anos. Durante esse tempo, ele tem pautado as discussões sobre o tema, orientando, como um farol, as transformações e os avanços legislativos. É composto de 127 artigos, que tratam dos mais diversos assuntos – educação, trabalho, saúde, esporte, lazer, acessibilidade, justiça, moradia, transporte, cultura, entre tantos outros.

Eu sublinho: a Lei Brasileira de Inclusão, lembro-me – e lembro que o Relator foi o Romário – de que, quando veio da Câmara... A peça que eu mandei para lá era o estatuto, e a Mara, com muita habilidade, construiu, então, a Lei Brasileira de Inclusão, e aí o Romário então botou Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, ficam aqui meus cumprimentos aos três Relatores que eu já citei.

Foram mais de 15 anos de debate para virar lei – debates, reuniões, seminários, audiência pública, conferência... Contou com a participação efetiva do movimento das pessoas com deficiência, e eu guardei uma frase que eu nunca vou esquecer: “Tudo conosco, nada sem nós”.

Meus parabéns por essa luta a vocês, respeitando, repito, “nada sobre nós sem nós”, lema protagonizado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Todos precisamos nos apropriar desse instrumento, dessa lei. Isso fortalecerá, com certeza, a cidadania e a inclusão.

Dou uma paradinha, porque eu leio e improviso no meio, viu? Então, vocês estão vendo que eu dou uma paradinha.

Dia 21 de setembro. A escolha dessa data não foi aleatória, não foi inventada, não fui eu que dormi e resolvi que deveria ser esse o dia de luta. É uma data de mudança, do renascimento da natureza e da vida, pois é o início da primavera.

O início da primavera sempre será uma grande transformação, ontem, hoje e sempre.

Vamos também, com a vida, de mãos dadas, juntos, com a renovação das flores, com a transformação do ser humano, das florestas, enfim, a vida no seu conjunto – eu sempre digo que árvore é vida, água é vida, os animais são vida, nós somos parte desse conjunto que escreve a vida no planeta –, sempre com o acolhimento das diferenças, com o respeito à diversidade.

Concluindo, não deixemos que os obstáculos impeçam a nossa caminhada. Façamos dos desafios de sempre a força para as mudanças que desejamos.

E que tenhamos uma boa sessão especial!

Eu sempre gosto, quando termino o discurso, de que batam palmas, não para mim, mas batam palmas para o dia de hoje, o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Concluída a primeira parte, vamos formatar a nossa mesa.

Convidamos a Sra. Anna de Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – ela já está aqui. (*Palmas.*)

Sra. Liliane Bernardes, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (*Palmas.*)

Sra. Maria Clara Israel, servidora da Câmara Legislativa do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Sr. Hisaac Oliveira, representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (*Palmas.*) Sra. Janine Mello dos Santos, Secretária-



Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que estará remotamente. (*Palmas.*)

Sra. Lailah Vilela, Auditora-Fiscal do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, também remotamente. (*Palmas.*)

Sra. Vitória Bernardes, Conselheira Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Rio Grande do Sul.

Estará também remotamente. (*Palmas.*)

Olha, tem dois senhores que não estavam na lista. Eles dizem sempre que chegam na hora, e eu abro espaço para outros.

Eu até me surpreendi. Eu não os tinha convidado, e eles espontaneamente vieram aqui.

Mas isso é bonito – viu, Cotta? É bonito. “Não recebi convite, mas estou aqui”.

Porque esses dois senhores, tanto o Fernando Cotta, como também o Sr. Oswaldo Freire... O Cotta, porque nós... Lembro-me até hoje.

Eu vou te dar uns três, quatro minutos depois, para você falar.

Como é que surgiu a lei dos autistas? Pergunto isso porque não tinha lei dos autistas neste país. Ele e Berenice Piana de Piana, do Rio de Janeiro...

Quantos anos faz, você lembra? A primeira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Lei 2.012, de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso. Lá por 2010.

Eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eles ocuparam a Comissão. Ele, Berenice Piana de Piana e mais 30 famílias.

Eu me lembro como se fosse hoje. Chegavam para mim e disseram: “Olha, Paim, andamos para toda a Câmara, e disseram para nós: ‘Não, vá lá à Comissão de Direitos Humanos e vejamos se o Paim assume isso aí com vocês’”.

Fizeram uma fala tão bonita, tão bonita, que ali começamos a escrever a primeira lei dos autistas do Brasil.

A homenagem não é para mim, porque eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos. A homenagem é para a Berenice Piana de Piana, que está no Rio de Janeiro, e para você, Fernando Cotta. Vocês é que viajaram, procuraram, costuraram, e ali se iniciou o debate para se formatar a primeira lei. (*Palmas.*)

Está aqui também o nosso amigo Oswaldo Freire, porque ele escreveu um livro, é autor do livro *O Desafiante Mundo do Autista*. Muito interessante.

Já me deu o livro. O livro é desse tamanho.

Eu não vou mentir para vocês... Ali, ó... Você não me pergunte “leu todo ele?”. Não o li todo, mas li grande parte. Mas não o li todo não.

Então, eu vou dar para eles de três a cinco minutos, na parte quase final, antes de terminar.

E vamos lá passar a palavra ao nosso convidado, porque eu já falei demais. Então, vamos lá.

Nem cumprimentei meus convidados aqui.

Eu vou aí te dar um abraço depois.

E a Assessoria me manda – e me orienta também. Ela me manda e me orienta – que, agora, neste



momento, antes da fala dos convidados, nós vamos, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bem descontraída, viu, pessoal? Porque é aí que a energia positiva vai circulando.

E tem uma história: bate palma ou não bate palma no fim do hino? Eu acabo batendo sempre.

Depois ela vai me contar direitinho, aí. Pode ser?

Eu acabo batendo sempre palma, viu? Não sei se eu sou apaixonado pela palavra...

Eu escrevi um livro, sabe? *Pátria somos todos*. É um livro em que eu falo da importância do amor à pátria de todos nós.

Chega de falar, Paim; é o povo que tem que falar. Os convidados. *(Risos.)*

Vamos lá então?

De imediato, solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição do discurso de um dos Relatores do Estatuto da Pessoa... São tantos estatutos – do Idoso, da Pessoa com Deficiência, da Igualdade Racial –, e agora, aqui, Lei do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, lei que eu tive a alegria de escrever, mas todos ajudaram na redação final.

Então, Senador Romário, por favor.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar. *Por vídeo.*) – Bom dia a todos.

Quero aqui agradecer ao meu amigo e irmão Paulo Paim pelo convite para participar desta sessão solene.

Celebramos mais um Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, uma data que é fruto do trabalho do nosso grande Senador Paim.

Já tivemos muitos avanços quando falamos em conquistas de direitos, principalmente a nossa LBI, mas sabemos que não é simplesmente transformar a lei em realidade.

Quando a minha filha Ivy nasceu, com síndrome de Down, descobri que a deficiência não limita a vida; o que limita é a falta de apoio, de respeito e de oportunidades.

Vamos continuar trabalhando, para que todas as pessoas com deficiência tenham uma vida digna.

Contem sempre comigo.

Valeu! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu, amigo Romário.

O que é a experiência, não é? Deu o recado dele rapidamente, enquanto eu fico aqui falando, não paro de falar.

Mas parei agora. Vamos lá.

Neste momento, concedo a palavra à Sra. Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Todos terão um tempo de cinco minutos, mas claro que eu não serei rígido, porque, se eu fosse rígido com vocês, eu teria que ser comigo também.

Eu também teria cinco minutos, viu?

Por favor, Doutora.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (Para discursar.) – Bom dia a todos e todas; bom dia.

É um prazer e uma honra estar aqui novamente, ao lado do nosso Senador Paulo Paim, tão fundamental para a luta, para a visibilidade da luta por direitos humanos da população brasileira.



Senador, é um orgulho estar aqui do lado do Hisaac, que trabalha com a gente; com a Lailah, que estou vendo na tela da frente; a Liliane; a Maria Clara, também aqui na plateia, e tantas pessoas importantes, tantas pessoas fundamentais para a luta das pessoas com deficiência, para ganhar mais oportunidades, ganhar mais orçamento.

A gente precisa sim reconhecer que as pessoas com deficiência ainda, no país, vivem os piores indicadores econômicos e sociais.

A discriminação é muito forte. Quando ela é interseccionada pelo racismo, pela LGBTfobia, pela aporofobia – a população empobrecida, mais vulnerabilizada –, quanto mais distante a gente estiver do espaço público, pior vai ser, mais difícil vai ser para a gente acessar políticas públicas, o nosso pleno desenvolvimento, e a gente tem aí uma franca batalha pela frente.

Então, a luta é todo dia, mas hoje é um dia importante para nós estarmos aqui, e que cada cadeira vazia que está aqui, à nossa frente, seja um recado para nós, para dizer que muitas das pessoas com deficiência no país ainda não podem participar da sociedade em igualdade de oportunidades.

E a gente tem uma dívida histórica: o Estado brasileiro – não é o Parlamento, o Poder Executivo; é o Estado brasileiro como um todo – não foi pensado para incluir as pessoas com deficiência, para nos reconhecer nas nossas formas de ser e estar no mundo, de ver, de se comunicar, de se locomover.

A gente tem ainda cidades hostis à presença da pessoa com deficiência, e muitas de nós, mesmo nunca tendo praticado crime nenhum, ainda estamos encarceradas, seja em instituições, seja nas nossas residências. Ainda estamos sem direito a voz e voto. E a gente precisa reconhecer, então, que os direitos humanos precisam chegar de forma intersetorial. É por isso que a gente vem aqui falar sobre a falta, a ausência de conhecimento sobre a pessoa com deficiência pela perspectiva dos direitos humanos.

Muitas vezes ainda, no imaginário da sociedade, as pessoas percebem as pessoas com deficiência como uns coitados, aqueles que estão, por algum motivo, pagando algum pecado, numa situação de lamúria; e nos colocam sempre numa condição de passividade em relação à sociedade, só como beneficiários das políticas públicas – e não é isso o que a gente é. As pessoas com deficiência sempre existiram na história da humanidade, vão continuar existindo, e cada vez mais estão ocupando o espaço público e precisam sim de políticas afirmativas, precisam sim da visibilidade aos recursos de acessibilidade como ferramentas fundamentais à nossa participação social. Desde cedo, desde que a gente nasce, a gente tem que ter oportunidade para se desenvolver.

Mas o Senador está aqui apontando para a gente: a avaliação biopsicossocial. Está há dez anos na LBI, está lá na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. E por que ela é tão importante? A maioria da população brasileira nunca ouviu falar na tal da avaliação biopsicossocial, não sabe o que é; porque historicamente o que a gente precisa para comprovar que é uma pessoa com deficiência é um CID, é um código internacional de doenças. E deficiência não é doença, mas ainda está assim no imaginário popular. Para muito médico, a gente é visto não como um ser humano, não como indivíduo que tem direitos, mas sim como a lesão, aquilo que falta, aquela parte do corpo que nos falta ou um comportamento considerado fora do padrão.

Então, é para a gente superar essa corponormatividade, para a gente ter uma cultura anticapacitista, antidiscriminatória que a gente precisa identificar, afinal, quem são as pessoas com deficiência. E a UnB, desde 2007, tem trabalhado, vários pesquisadores no Brasil inteiro têm trabalhado para construir essa avaliação biopsicossocial. Ela se tornou texto da nossa LBI: recentemente, uma consultora nos falou que ela demorou meses e meses para escrever cada detalhe do que estava escrito sobre a avaliação biopsicossocial no texto da Lei Brasileira de Inclusão, para contribuir para isso. Se foi difícil escrever, imagina implementar.

Então, não é à toa que o Estado brasileiro está nesta dívida de implementar a avaliação biopsicossocial, para a gente identificar, afinal, quem são os sujeitos de direitos de pessoas com deficiência. E, na ausência



dessa regulamentação, o que está acontecendo? Os Parlamentares é que estão resolvendo quem tem e quem não tem deficiência, não é mesmo? Misturando de novo uma condição de doença com deficiência.

A deficiência, pela nossa Constituição, pela nossa LBI, tem dois fatores fundamentais: o impedimento ou adversidade funcional – que pode ser de ordem motora, física, sensorial, intelectual ou psicossocial – que, em contato com as barreiras construídas pela sociedade, nos impede de exercer nossos direitos. São dois componentes. Então, a deficiência não é algo que se localiza só no nosso corpo. A deficiência, pelos direitos humanos, é uma construção social em torno de um corpo diverso, que foge dos padrões, então foge da corponormatividade, com as barreiras, que são construções sociais. E por que não pensar que essas barreiras, já que são construídas socialmente, a sociedade tem que suprimir? É nesse sentido que a avaliação biopsicossocial tira, desfoca o problema de uma pessoa.

A pessoa com deficiência não é o problema; o problema é o contexto social onde ela vive que não a possibilita de exercer os mesmos direitos, de se desenvolver. E é nesta perspectiva que a avaliação biopsicossocial vem a ser construída: é para garantia de direitos, não é para retirada de direitos. A avaliação biopsicossocial está bem clara na LBI: quando necessária para aquisição de direito, ela será biopsicossocial, ou seja, não será visto só o corpo do indivíduo, mas o quanto as barreiras sociais são construídas e interferem até no nosso psicológico, para que essas barreiras sejam suprimidas, para que a gente tenha políticas públicas efetivas.

O que a gente quer? Eficiência do gasto público. A gente sabe de muita gente que, às vezes, recebe um recurso de acessibilidade que não tem interesse para ela. A gente sabe de muitas pessoas surdas, completamente surdas, que não se beneficiam com o aparelho...

Já vou terminando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fazendo soar a campanha.*) – Não, me permita só um registro: a homenagem a essa moçada que está aqui.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Oh, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Registramos, com uma salva de palmas para vocês aí. (*Palmas.*)

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vieram aqui visitar – ao Senado – os alunos do ensino fundamental do Colégio Católica Brasília.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Um abraço para vocês, viu?

Eu volto a você e vou repor o seu tempo.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Obrigada, meu querido.

O Hisaac, a Liliane e a Lailah vão poder falar com mais propriedade – estou vendo aqui a Vitória Bernardes também. Que maravilha encontrar tanta gente boa, importante para o movimento!

E a gente tem, sim, este desafio, o desafio de conquistar direitos, o desafio de prever e ampliar as capacidades institucionais de prover políticas públicas efetivas para esse público, porque, se a gente não fizer isso, a gente está aumentando as desigualdades, aumentando a pobreza não só de quem tem deficiência, mas das suas famílias, das suas comunidades, e a gente está contribuindo para a manutenção de um sistema de opressão que, às vezes, inviabiliza a vida de muitas pessoas.

Então, gente, é nessa perspectiva que a gente conta com o Parlamento, conta com cada ativista na mobilização, para que a gente implemente a avaliação biopsicossocial sem deixar ninguém para trás. Não é a política da “farinha pouca, meu feijão primeiro” – aliás, “meu feijão” não: “meu pirão primeiro” –, isso não funciona, não funciona. Não dá para a gente continuar disputando autismo contra qualquer outra



deficiência. A gente precisa identificar os impedimentos, as especificidades de cada pessoa no seu contexto social, mas unificando a categoria de pessoa com deficiência.

E este é um grande desafio dessa nossa Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: ampliar a cultura política do nosso Estado brasileiro, da nossa capacidade institucional de perceber esta categoria de pessoa com deficiência como um conjunto de pessoas e que essa categoria é unificada exatamente porque todas nós temos que superar o estigma da incapacidade, o estigma, o preconceito em torno das pessoas com deficiência, somente porque a gente tem algum corpo ou que não anda, ou que não vê, ou que não fala. Não é isso que nos vulnerabiliza: é uma estrutura social que subestima as nossas capacidades, inviabiliza a nossa participação social, e é desde cedo que a gente precisa de estimulação precoce, de identificação de quais são os instrumentos, as metodologias, os recursos de acessibilidade necessários para tal.

E é neste sentido que a gente entende que a avaliação biopsicossocial entra: em ter uma equipe multiprofissional que não está preocupada em cura, mas sim em identificar aquele sujeito como um sujeito completo, um sujeito de direitos como qualquer outra pessoa, que requer, sim, recursos de acessibilidade, requer suas especificidades, mas isso não a inviabiliza como detentora de direitos.

Gente, então eu termino aqui a minha fala dizendo que a gente precisa avançar muito ainda pela frente, superar o capacitismo e conseguir também ter as condições objetivas para que todas as políticas públicas contemplem as pessoas com todas as deficiências.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Essa foi a Sra. Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ela é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Meus cumprimentos pela fala ampla, total, geral e irrestrita. Muito bem feito o seu pronunciamento!

Agora vou registrar a presença da representante do Ministério da Saúde. É da Coordenação-Geral de Atenção Especializada a Sra. Renata de Paula Faria Rocha. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Passamos a palavra neste momento à Sra. Lailah Vilela, Auditora Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, por cinco minutos.

Pediram que eu lembrasse, antes de a senhora falar... Só um segundo antes...

A SRA. LAILAH VILELA (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia! É um prazer e uma honra estar aqui com pessoas tão...

Já está funcionando agora?

Bom dia a todas as pessoas. Gente, é um prazer enorme, uma honra estar aqui num momento tão importante, que, como o Senador já disse, é de luta das pessoas com deficiência.

Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos, longos e lisos e olhos castanhos. Hoje eu falo de uma sala de casa, com uma parede cinza e uns objetos de decoração aqui atrás.

Bom, quem me conhece sabe que eu trabalho muito em duas frentes: na questão da avaliação da deficiência, de que a Secretária Anna Paula também já falou, e na questão do trabalho. Hoje eu resolvi trazer uma ênfase maior para esta parte, porque a gente tem um trabalho intenso da fiscalização do Ministério do Trabalho para conseguir fazer uma inclusão efetiva das pessoas com deficiência.

Foram 537.804 pessoas contratadas entre 2009 e 2024, mas ainda assim temos muito o que fazer pela frente, porque temos números também que nos mostram que, apesar de a gente já ter tantas contratações, ainda temos em torno de 445 mil vagas disponíveis nas empresas – isso só nas empresas que são sujeitas à



cota, aquelas empresas com 100 ou mais empregados.

Nós precisamos de intensificar esse processo de fiscalização. A gente sempre solicita isto: que se amplie o número de auditores fiscais para se dedicarem também a esse projeto de inclusão.

A gente tem ampliado as fiscalizações de acessibilidade para que a falta de acessibilidade arquitetônica, de comunicação e de informação não seja um pretexto para a não inclusão, porque nós sabemos que, na verdade, a grande barreira aí é a atitudinal; a partir do momento em que a gente remove as barreiras atitudinais, as pessoas são efetivamente contratadas.

Nós temos estudos mostrando que, mesmo que a gente retire do universo de pessoas em idade laboral todas aquelas que recebem o benefício de prestação continuada, ainda temos pessoas suficientes para cumprir sete vezes a cota prevista em lei. Gostaríamos que a gente ampliasse essa cota para as empresas menores de 100 empregados também, porque isso seria um ganho enorme, já que a maioria das empresas no Brasil tem esse porte menor. Mas até lá vamos trabalhar para que a cota seja cumprida nessas empresas maiores. Precisamos de um movimento significativo no sentido de remover essas barreiras, porque a gente já tem modificações na legislação que facilitam a inclusão, como o favorecimento da aprendizagem da pessoa com deficiência, que não tem limite de idade, e que permite que a pessoa receba também o benefício de prestação continuada por até dois anos, enquanto faz essa aprendizagem e tem a remuneração de lá.

A gente tem o auxílio-inclusão também já regulamentado e que, infelizmente, tem números irrisórios, se a gente pensar no porte do país, muito por desinformação. As pessoas não sabem que, após sair do BPC, elas podem ter esse auxílio inclusão, que é meio salário mínimo, como um apoio para a renda. Isso tudo para a gente remover os pretextos que a gente sempre escuta das empresas: “As pessoas não querem trabalhar porque recebem benefício, não tem pessoas qualificadas”. A gente tem os números dos censos antigos mostrando que só de pessoas com nível médio e superior a gente tem 2,8 milhões no Brasil. Então, somente essas pessoas seriam mais que suficientes para cumprir toda a cota disponível.

Então, isso também é um pretexto na ausência de capacitação, mas a gente tem vários dispositivos legais, várias ferramentas que nos apoiam no sentido de que tudo favoreça a inclusão. O que falta realmente é o rompimento dessas barreiras atitudinais que ainda são muito fortes, porque a gente ainda tem, no inconsciente coletivo, a ideia de que a pessoa com deficiência é incapaz de trabalhar. Como a Secretária Anna Paula já falou, essa ligação da deficiência com doença também vem com essa ideia de incapacidade, de que a pessoa não vai poder trabalhar, não vai poder realizar suas atividades, sendo que hoje o que a gente tem que fazer sempre é o quê? Garantir a adaptação do posto de trabalho à pessoa, e não o inverso.

Então, o ponto principal realmente é a gente trabalhar na remoção das barreiras atitudinais. Só queria deixar esse pedido mesmo para a gente reforçar a auditoria fiscal, para que a gente possa ter uma cobrança cada vez mais intensa no cumprimento da cota, nas questões de acessibilidade no trabalho e todos os elementos necessários para fazer a inclusão de verdade.

No mais agradeço muito este momento aqui e fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Sra. Lailah Vilela, Auditora Fiscal do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego, que fortaleceu também. Eu fui autor de tantas políticas de cota; essa política de cota estava contemplada desde a Lei Brasileira de Inclusão. Parabéns pela sua fala!

Passamos, de imediato, à palavra a Sra. Liliane Bernardes, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (Ipea).

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES (Para discursar.) – Bom dia a todas e todos. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite do Senador Romário, que me foi feito pelo Luciano Ambrosio. Obrigada, Luciano.

Gostaria de cumprimentar várias pessoas que estão aqui, que já trabalharam comigo. A gente já



teve algum...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Luciano, levanta o braço aí para o pessoal te ver.

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tu não estás vendo, mas eles querem te ver. Ele trabalha comigo, eu tenho orgulho, porque ele é muito, muito...

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Isso, há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele que escreve esses pronunciamentos que eu faço sobre o tema – é ele que escreve.

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Muito bem!

O Fernando Cotta já foi meu colega de trabalho. Tem o Uallace, ali do MDS; a Loni, com quem eu já conversei várias vezes sobre a avaliação biopsicossocial; a própria Secretária Anna Paula, com que a gente já teve várias discussões; o Hisaac, meu colega de trabalho na época em que eu fui da secretaria.

Então, é um prazer estar com todos vocês aqui, pessoas com deficiência também, familiares, ativistas pelo direito das pessoas com deficiência, nesse dia tão importante, que é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Foi ontem, mas estamos comemorando hoje.

Vou me descrever. Eu sou uma mulher negra de pele clara, tenho cabelos castanhos, cacheados, estou usando aqui um *blazer* xadrez e uma blusa preta.

A minha fala vai ter como foco a avaliação biopsicossocial da deficiência, porque é o tema que eu venho trabalhando há muitos anos. Eu vou trazer um panorama desse tema e os desafios que ainda dificultam a efetiva implantação dessa política no Brasil.

É preciso lembrar que a avaliação da deficiência não é um simples procedimento técnico, trata-se de uma chave de acesso a direitos, benefícios e políticas públicas. Quando a avaliação é falha, injusta ou burocrática, o que compromete é a própria vida das pessoas com deficiência, sua dignidade e sua inclusão social.

A convenção já mencionada aqui, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com *status* constitucional, foi uma mudança de paradigma fundamental. Também como já foi dito aqui, ela estabeleceu que a deficiência não está apenas no corpo, mas resulta da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras impostas pela sociedade, ou seja, a deficiência é também social, relacional e contextual.

A convenção também enfatizou que a avaliação da deficiência deve priorizar a identificação das barreiras enfrentadas e das necessidades de suporte individual, em vez de apenas se restringir à categorização de impedimentos corporais. E aí a nossa LBI reforçou essa visão ao estabelecer que a avaliação biopsicossocial deve ir além da verificação de laudos de códigos de CID-10, incorporando fatores ambientais, sociais e também pessoais.

Essa mudança não é apenas semântica ou jurídica, ela altera a forma como concebemos a cidadania. Se a deficiência decorre da interação com barreiras, a responsabilidade do Estado não é apenas classificar pessoas, dizendo que elas têm ou não têm deficiência, mas remover os obstáculos, garantindo apoios, e promover a participação plena.

Apesar disso, ainda estamos presos a práticas que insistem em classificar, medir e enquadrar indivíduos a partir de diagnósticos médicos. Esse modelo, centrado exclusivamente na caracterização do impedimento, acaba por agravar desigualdades. Em vez de ampliar a inclusão, vai produzindo disputas, judicializações e barreiras adicionais.

Nos últimos anos, temos visto uma multiplicação de iniciativas legislativas voltadas a reconhecer determinadas patologias como deficiência. Esse movimento contraria a abordagem biopsicossocial e o conceito de deficiência estabelecido na convenção e também na LBI. O resultado são leis que, em vez de



promover inclusão, geram fragmentação e hierarquias entre grupos. Alguns se tornam mais reconhecidos porque dispõem de uma lei específica, enquanto outros permanecem invisíveis por não terem uma norma para chamar de sua. Uma consequência grave desse tipo de legislação não isonômica é a sobrecarga do sistema de proteção social. Pessoas que têm o mesmo diagnóstico ou com condições distintas, mas que apresentam necessidades muito diferentes de apoio e suporte, acabam recebendo o mesmo tratamento do Estado, o que aprofunda desigualdades. Esse tipo de lei prejudica principalmente pessoas com deficiências mais vulneráveis e que mais precisariam do amparo do Estado.

Em um levantamento que realizamos no Ipea, nas bases do Congresso Nacional, foram identificados cerca de 60 projetos de lei que buscavam classificar, considerar ou equiparar alguma patologia à condição de deficiência. Esse dado revela uma incompatibilidade dessas proposições com o conceito de deficiência e que grupos com maior capacidade de pressão conseguem legislações específicas, enquanto a maioria da população com deficiência e provavelmente mais vulnerável permanece distante de iniciativas legislativas que poderiam, de fato, defender os interesses de todas as pessoas com deficiência.

O desafio de regulamentar uma avaliação biopsicossocial unificada é mais do que evidente. Ao longo dos dez anos da LBI e mesmo antes, desde a ratificação da convenção, tivemos provas concretas disso. Foram criados pelo Poder Executivo pelo menos quatro grupos de trabalho ou comitês sobre a avaliação biopsicossocial. Nesse percurso, foram muitas as tentativas de se chegar a um modelo de política pública capaz de ser implementado em todo o país, com protocolo unificado, profissionais capacitados e participação dos entes federados e de outros Poderes. Pessoas com deficiência e suas entidades representativas, especialistas, gestores, representantes do Legislativo e do Judiciário se debruçaram sobre propostas, na tentativa de auxiliar o Executivo a superar os diversos gargalos que ainda dificultam a efetivação dessa política.

Apesar desses esforços, ainda não alcançamos o tão necessário sistema unificado de avaliação da deficiência. Essa demora decorre da complexidade da tarefa, como a Secretária Anna Paula bem mencionou aqui, e da persistente invisibilidade das pessoas com deficiência como grupo prioritário das políticas estatais.

(Soa a campanha.)

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Se me permite mais um tempinho, eu vou falar de quatro fatores que são importantes para entender toda essa lógica da demora.

Primeiro, há uma grande diversidade de políticas públicas que utilizam critérios e instrumentos distintos para classificar as pessoas com deficiência. Já foi mencionado aqui mais de 30 políticas só no âmbito federal. Cada uma delas foi criada com objetivos específicos, com recortes diferentes de público com deficiência. Essa heterogeneidade torna uma harmonização normativa e institucional muito difícil, sobretudo porque o uso de parâmetros comuns vai enfrentar resistências internas dentro dos próprios setores do Governo.

Um segundo ponto é o peso do BPC (benefício de prestação continuada), que é emblemático e que acaba por contaminar todo o processo de implantação da avaliação unificada. Também no estudo que realizamos no Ipea sobre o BPC, identificamos um crescimento acelerado das concessões do benefício a pessoas com deficiência nos últimos anos, especialmente em 2022, 2023 e 2024. Algumas evidências sugerem que o reconhecimento das chamadas “deficiências por lei” contribuiu muito para esse cenário, inclusive em razão do grande número de judicializações. O aumento do número de concessões, então, leva os setores responsáveis pelo BPC no Governo Federal a resistirem a qualquer alteração no instrumento que é utilizado atualmente por um receio de agravamento do quadro fiscal. Nesse contexto, o sistema de avaliação unificada é visto equivocadamente como um vilão, quando, na verdade, pode ser um aliado



na superação do eventual aumento do gasto público com o BPC e do tratamento desigual que pessoas com deficiência recebem. A visão medicalizada é que deveria ser combatida pela ótica fiscal. Esse é um tema que precisa ser enfrentado com responsabilidade social para que o BPC cumpra o seu papel de investimento em cidadania.

Uma solução possível, que já está prevista na LBI, é a coexistência de instrumentos distintos, adequados às finalidades específicas de cada política. Desde que eles mantenham conceitos e parâmetros comuns, essa coexistência pode representar um caminho para superar o impasse.

(Soa a campanha.)

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Tem mais alguns pontos aqui que eu gostaria de mencionar, mas eu vou pular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vá em frente, porque aquilo que a gente tem de melhor é a tranquilidade para que fique bem clara para o povo a exposição que você está fazendo, que é muito importante.

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Então, eu vou para o terceiro ponto que atrapalha essa implementação da avaliação biopsicossocial de forma unificada e que é um ponto muito importante, que é a complexidade logística. Como o Brasil é um país de dimensões continentais, com milhões de pessoas com deficiência, implementar uma avaliação padronizada em todos os municípios requer profissionais capacitados nas áreas de saúde, serviço social, previdência, mas há um enorme déficit desses profissionais no território. Existem modelos internacionais de sistema de avaliação de deficiência que funcionam bem, mas em realidades muito menos complexas que a brasileira. Ainda assim, como ocorre em outras políticas universais, como a saúde e a educação, nós precisamos avançar com a avaliação biopsicossocial, mesmo diante das dificuldades.

E o quarto e último ponto: é indispensável a criação de um sistema robusto de tecnologia da informação, capaz de integrar dados e dar transparência às avaliações, para mitigar o risco de reproduzir a fragmentação atual em formato digital. Um sistema estruturado permitirá reunir informações de todos os avaliados e oferecer um panorama abrangente sobre diferentes contextos e regiões do país. Também funcionará como um instrumento de prevenção e detecção de fraudes e de correção de assimetrias nas avaliações.

Esses são obstáculos reais que não podem ser subestimados, mas o maior desafio talvez não seja técnico, fiscal ou logístico. O verdadeiro impasse está na abordagem que adotamos, nós estamos olhando para a pergunta errada. As políticas públicas ainda gastam uma enorme energia em definir se a pessoa tem ou não tem deficiência, que é o que a gente chama do binarismo das nossas políticas, como se o essencial fosse enquadrar as pessoas em uma categoria.

(Soa a campanha.)

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Esse esforço, embora seja legítimo, não é o que garante a inclusão das pessoas com deficiência. Então, o que realmente importa não é alcançar uma definição perfeita de deficiência nem uma avaliação perfeita, a questão central é quais suportes cada pessoa precisa para viver com dignidade, autonomia e igualdade de oportunidades. Este é o giro conceitual e político de que precisamos: avaliar não para carimbar a pessoa como pessoa com deficiência, mas para incluí-la. Um exemplo ajuda a ilustrar. Duas pessoas com o mesmo diagnóstico de paralisia cerebral podem viver situações completamente distintas: uma pode dispor de apoio familiar, recursos tecnológicos e serviços acessíveis, outra pode estar em vulnerabilidade extrema, sem qualquer suporte. Do ponto de vista da vida digna, suas necessidades não são as mesmas. Dizer que ambas têm



deficiência não basta. É preciso mapear barreiras e identificar apoios concretos. Essa lógica é muito mais coerente com a convenção, que desloca o foco do indivíduo para a sociedade, perguntando o que a coletividade pode oferecer para garantir a igualdade.

(Soa a campanha.)

A SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – A gente vai ter mais justiça social, porque os recursos vão ser direcionados a quem realmente precisa; menos judicialização, porque vão cair essas disputas sobre quem tem e quem não tem deficiência; mais eficiência, porque as políticas vão ser calibradas conforme a necessidade real; e maior fidelidade à convenção, que nos obriga – e o Brasil é signatário da convenção – a remover barreiras e garantir participação plena. E não se trata de uma utopia, é um caminho possível, desde que haja vontade política, compromisso técnico e diálogo constante com as próprias pessoas com deficiências e suas organizações.

Quero reforçar que a minha ideia aqui não é abolir ou desconsiderar o valor da avaliação, mas recolocar sua finalidade. Avaliar não pode ser um mecanismo de exclusão ou de triagem para restringir direitos. Avaliar deve ser um instrumento de inclusão, de abertura de portas, de garantia de apoios adequados. Só assim a avaliação biopsicossocial deixará de ser uma barreira e se tornará uma verdadeira ponte para a cidadania.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Cumprimento a Sra. Liliane Bernardes, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), meus cumprimentos. Nós lhe demos um tempo maior porque nós queremos ter domínio total desses assuntos, todo mundo quer saber.

Passamos a palavra agora...

A Secretaria-Geral da Mesa vai passar neste momento um vídeo da Sra. Janine Mello dos Santos, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. JANINE MELLO DOS SANTOS (Para discursar. *Por vídeo.*) – Olá a todas e todos. É uma honra participar desta sessão especial em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência realizada pelo Senado Federal.

Infelizmente, eu não pude estar presencialmente com vocês, mas gostaria de deixar aqui registrada a importância do dia 21 de setembro como um marco fundamental da necessidade de assegurar-se a plena participação das pessoas com deficiência em todos os espaços da vida social, política e cultural.

Essa data carrega o sentido de luta, mas também de afirmação de direitos e de cidadania. A avaliação biopsicossocial da deficiência permanece no centro do debate das políticas para as pessoas com deficiência. Esse instrumento é essencial para garantir a correta aplicação da legislação, assegurar os direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência e orientar políticas públicas de inclusão. Ele parte de uma compreensão abrangente das necessidades de apoio das pessoas com deficiência, contribuindo para eliminar barreiras e promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem trabalhado de forma integrada e participativa, com base no diálogo e no respeito à diversidade, no avanço e na consolidação desse processo.

No campo do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, o Governo Federal tem envidado esforços para consolidar os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nesse contexto, a avaliação biopsicossocial se destaca como instrumento fundamental ao permitir identificar as múltiplas barreiras que essas pessoas enfrentam cotidianamente no acesso às diferentes políticas públicas.

Também estamos avançando na disseminação de informações sobre a avaliação biopsicossocial e



no enfrentamento ao capacitismo, firmando parcerias com órgãos da administração pública federal, dos estados, dos municípios e dos demais Poderes, para viabilizar a sua adoção em âmbito nacional.

Estamos também, em conjunto com outros órgãos federais, trabalhando no aprimoramento do Cadastro Inclusão para que ele se efetive enquanto ferramenta de consolidação das informações sobre as pessoas com deficiência no âmbito do Governo Federal.

Gostaria de destacar ainda o papel do plano Novo Viver Sem Limite, retomado em 2023 como um marco de planejamento transversal, voltado à promoção da inclusão e em favor do exercício pleno da cidadania pelas pessoas com deficiência. Neste Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, devemos celebrar os avanços alcançados pela sociedade brasileira durante o decênio da Lei Brasileira de Inclusão, mas também reconhecer os desafios que ainda se apresentam ao Estado brasileiro na construção de respostas efetivas às demandas das pessoas com deficiência no país.

Aproveito também para registrar o meu profundo respeito ao Senador Paulo Paim, parceiro histórico nas agendas de direitos humanos. Sua reconhecida trajetória é inspiração para todas e todos que acreditam em um Brasil mais justo, democrático e inclusivo.

Por fim, reitero o compromisso do Governo do Presidente Lula e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em continuar avançando na promoção da acessibilidade, da inclusão e da igualdade de oportunidades. Seguimos na luta por um país anticapacitista e verdadeiramente inclusivo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns!

Esse foi o vídeo encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa e gravado pela Sra. Janine Mello dos Santos. Ela é Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Eu sou apaixonado pelas políticas humanitárias; falou em políticas humanitárias, falou comigo, então agradeço muito a saudação que ela fez para este Senador e também a exposição que ela fez da importância deste dia de luta.

Concedo a palavra agora ao Sr. Hisaac Oliveira, representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Sr. Hisaac.

O SR. HISAAC ALVES DE OLIVEIRA (Para discursar.) – Bom dia, pessoal; bom dia a todos. Para quem está aqui no Plenário, eu estou do lado esquerdo de vocês. Inicialmente, antes de cumprimentar a mesa, eu gostaria de fazer minha autodescrição.

Sou um homem de 42 anos, pele morena, tenho deficiência visual, cegueira no olho esquerdo e baixa visão no olho direito. Hoje estou usando um terno cinza, camisa social branca e gravata também... Ô pessoal, perdão, terno azul, camisa social branca e gravata também, tonalidade azul. Uso óculos, cabelos pretos e barba, bem curtos, pessoal.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, agradeço pelo convite ao Senador, também ao parceiro Luciano, que nos acompanhou nos trabalhos do último GT sobre avaliação biopsicossocial, do qual eu fui o Secretário Executivo.

Cumprimento também a nossa Secretária Nacional, a Anna Paula Feminella; a Lailah Vasconcelos, com quem já tivemos o prazer de trabalhar também sobre avaliação; a Vitória Bernardes, que também participou do GT como representante do Conselho Nacional de Assistência Social... aliás, do Conselho Nacional de Saúde – perdão, pessoal, é o nervoso, faz parte. A Liliane Bernardes já foi minha diretora e foi a pessoa que praticamente me apresentou à avaliação biopsicossocial, lá em 2021, e a Maria Clara também está na nossa mesa.

Pessoal, falar depois de Liliane, Anna Paula e também da Lailah sobre avaliação é apertado, mas faz parte, porque mais apertado é levar avaliação para esse grande Brasil.



Muitos não me conhecem, mas eu sou acriano, eu nasci cego, de catarata congênita. Comecei a enxergar, por milagre, aos três anos de idade e só comecei a fazer tratamento para retirada da catarata e usar as lentes internas a partir do final dos sete para o início dos oito anos. Mas, certo dia, eu acordei no Acre com vontade de vir morar em Brasília e com vontade de aprender mais sobre os nossos direitos enquanto pessoas com deficiência. Fiz duas seleções e, na segunda, eu consegui vir e, desde 2021, tenho trabalhado, me dedicado à Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência e, lá em junho de 2021, comecei a trabalhar as questões da avaliação biopsicossocial.

Confesso a vocês que eu tinha receios quanto à avaliação biopsicossocial enquanto pessoa com deficiência, receios do tipo: será que as pessoas sem deficiência, que apresentam pequenas condições de saúde, vão ser também consideradas pessoas com deficiência e usufruir de direitos que outras pessoas com deficiências mais graves não vão ter? Mas, quando eu cheguei a Brasília, comecei a acompanhar os grupos de trabalho sobre a avaliação, com a Liliane, que era Diretora na Secretaria – depois conheci a Lailah, o Március, o Dr. Miguel, comecei a trabalhar com eles nesse processo e eu vi que, realmente, a avaliação biopsicossocial adotada pelo Brasil, quando assinou a Convenção da ONU...

E quero ressaltar para vocês que, dia 26, agora, vai fazer aniversário o primeiro decreto que instituiu o primeiro grupo sobre a avaliação biopsicossocial no Brasil. Lá em 26 de setembro de 2007, foi assinado pelo Presidente Lula esse decreto, que formava o primeiro grupo com a missão de trabalhar justamente a adequação da legislação do Brasil e da avaliação da deficiência às disposições da Convenção. De lá para cá, o trabalho não parou.

Como vocês viram e ouviram nos discursos anteriores, a responsabilidade de implementação da avaliação não é pequena. Ela é necessária, mas também exige uma responsabilidade na sua implementação para que seja realmente um instrumento de reconhecimento de direitos, de reconhecimento dos direitos humanos da pessoa com deficiência, e não seja mais uma forma de avaliar buscando a exclusão da pessoa com deficiência, como hoje acontece na visão biomédica.

(Soa a campanha.)

O SR. HISAAC ALVES DE OLIVEIRA – Nós precisamos, sim, da avaliação, com a visão de direitos humanos, como colocou bem a Liliane, a visão de derrubar barreiras, excluir as barreiras, e não nós, pessoas com deficiência. Nós precisamos de uma avaliação que reconheça as nossas dificuldades no dia a dia.

Eu sempre coloco como conceito, para explicar o que é a avaliação, essa mudança do conceito médico para o conceito biopsicossocial, a minha própria pessoa. Como eu expliquei para vocês, eu nasci no Acre, cego, passei a enxergar aos três anos, e hoje enxergo 10% no olho direito e tenho cegueira no olho esquerdo. Vamos fazer um exercício, pensando: se eu tivesse um irmão gêmeo com essa mesma característica que morasse hoje no Acre, o nosso diagnóstico de deficiência visual, pela visão médica, seria o mesmo: cegueira no olho esquerdo, baixa visão no olho direito.

(Soa a campanha.)

O SR. HISAAC ALVES DE OLIVEIRA – Porém, a avaliação biopsicossocial não olha as falhas ou os defeitos do meu corpo por si sós, ela olha para as barreiras que eu enfrento no dia a dia para exercer os meus direitos e obrigações enquanto cidadão. Então, o Hisaac do Acre, com o mesmo laudo médico oftalmológico, e o Hisaac de Brasília são pessoas que enfrentam barreiras diferentes, que necessitam de suportes e de políticas públicas diferentes, de tecnologias assistivas diferentes. Por exemplo, eu citei, na última reunião ministerial, no gabinete do Ministério, quando a gente tratava da estratégia de implementação da avaliação, que, no Acre, eu tinha um mercado em que eu conseguia fazer minhas



compras *online*, ficava ali no computador, conseguia procurar cada item e não tinha a dificuldade de ir ao mercado, tentar achar os itens, em qual prateleira estava, que tipo de item, às vezes, pedir ajuda para alguém para identificar o preço, já aqui, em Brasília, infelizmente, eu não tenho um mercado como esse – saudades do mercado de Rio Branco! Ou seja, barreiras diferentes, estratégias de eliminação dessas barreiras diferentes, e é para isso que a avaliação biopsicossocial olha.

E já focando, para finalizar, na nossa estratégia de implementação – hoje eu tenho me dedicado exclusivamente à avaliação biopsicossocial na Secretaria –, vocês notaram que neste Brasil Continental, há diversos pontos que a Liliane colocou como pontos a serem observados para que essa implementação tenha segurança, principalmente para nós, pessoas com deficiência, de termos reconhecidos os suportes de que nós necessitamos, enquanto pessoas com deficiência...

(Soa a campanha.)

O SR. HISAAC ALVES DE OLIVEIRA – ... para sermos verdadeiramente incluídos na sociedade.

Olhando para esse cenário, de todos os grupos de trabalho que já ocorreram, e as últimas diretrizes do GT de 2023-2024, a gente parte para uma estratégia de implementação escalonada e controlada. Por quê, pessoal? Porque o IFBr-M é o nosso instrumento, que já foi reconhecido lá desde o GT como um instrumento adequado para fazer avaliação, porém, essa mudança...

Até para o avaliador, ele precisa tirar do seu pensamento a visão puramente médica da deficiência. O avaliador não pode julgar se eu, Hisaac, que tenho cegueira em um olho e baixa visão no outro, só por isso eu tenho deficiência grave, leve ou moderada. Ele tem que buscar, na entrevista, quais são as barreiras...

(Soa a campanha.)

O SR. HISAAC ALVES DE OLIVEIRA – ... que eu enfrento enquanto pessoa com deficiência, para que o Estado possa ter esses dados, de forma que o Estado possa atuar na diminuição ou eliminação dessas barreiras que nós, pessoas com deficiência, enfrentamos no dia a dia.

Então nós partimos agora, Senador, para uma estratégia de implementação escalonada, com a adesão não de todas as políticas de uma vez, mas nós vamos começar a construir dados de implementação real e cada político vai poder fazer os estudos de impacto financeiro para ir aderindo ao instrumento IFBr-M e à forma de avaliação biopsicossocial, para nós chegarmos um dia a abandonarmos de vez a avaliação biomédica, que só olha para o nosso corpo, para as nossas incapacidades e não ressalta as nossas habilidades, a contribuição que a gente tem enquanto pessoa com deficiência para a sociedade.

(Soa a campanha.)

O SR. HISAAC ALVES DE OLIVEIRA – Nós precisamos, sim, pôr fim a esse tipo de avaliação, mas nós também, enquanto cidadãos e trazendo para nós, enquanto gestores públicos, nós temos uma responsabilidade de implementar a avaliação de uma forma controlada, para que as pessoas com deficiências não sejam prejudicadas por falhas no processo de implementação, por falhas no processo de avaliação, e nem o poder público perca o controle dessa sua responsabilidade de incluir verdadeiramente as pessoas com deficiência, para que nós possamos ter o direito de exercer direitos e obrigações e contribuir com a nossa sociedade em igualdade de condições, como as demais pessoas.

Muito obrigado, pessoal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Hisaac de Oliveira. V. Exa. representou aqui a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.



S. Exa. representou aqui a Secretaria Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Meus cumprimentos pela forma clara, transparente, como fez a sua contribuição neste dia tão importante.

Eu quero registrar a presença conosco das seguintes autoridades: Advogada integrante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional DF, Dra. Eliane de Fátima da Silva Miranda; Sra. Deputada Federal do período de 2016 a 2019, Rosinha da Adefal, que está sempre conosco aqui também.

Vamos em frente agora.

Concedo a palavra a Sra. Vitória Bernardes, Conselheira Estadual do Direito das Pessoas com Deficiência do Rio Grande do Sul. Ontem foi 20 de setembro, viu?

Vamos lá, Doutora.

A SRA. VITÓRIA BERNARDES (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Vamos lá. Bom dia. Primeiramente, agradecer na pessoa do Senador Paim a oportunidade de encontrar companheiras e companheiros de luta.

Descrevendo-me: eu sou uma mulher com deficiência, cis, branca, tenho cabelos pretos ondulados na altura do ombro. Eu uso óculos de armação redonda preta, fone de tiara, visto uma blusa preta, preta não, desculpa – viu só, Hisaac, não foi somente você –, visto uma blusa verde e, ao meu fundo, tenho uma prateleira com algumas plantas, livros e foto.

Bom, quero agradecer mais uma vez o convite para poder falar aqui e, principalmente, por ser referente ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e resgatar que essa luta foi um dia construído por nós, o protagonismo das pessoas com deficiência. Quero reivindicar a necessidade do nosso protagonismo na construção de políticas públicas e também resgatando que esse protagonismo foi o que marcou a construção da própria Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que tivemos pessoas com um papel maior, enfim, participando dessa construção lá e também da própria LBI, que completa os seus dez anos, e que teve a autoria do Senador Paim, que foi um processo democrático, que envolveu um debate profundo com a necessidade de reformulações ao decorrer para realmente que pudesse ser uma lei que nos representasse.

E, nesse sentido, a própria LBI traz que deficiência é restrição de participação. Não é possível reconhecer pessoas com deficiência sem reconhecer que a nossa participação é restringida, deficiência é relacional, como já foi colocado aqui, que não é apenas a presença de uma lesão, mas a interação dessa característica individual com as barreiras sociais construídas, essas barreiras impostas, e, se são barreiras impostas, a gente tem que admitir que não há CID que vá contemplar as condições sociais, culturais e econômicas das pessoas com deficiência.

Como a Lailah colocou anteriormente, falando que a principal forma de negar o direito ao trabalho das pessoas com deficiência decorre da barreira atitudinal. É importante que a gente coloque o nome agora, que ainda não tínhamos consensuado na época da LBI, que é o capacitismo. Quando a gente fala de barreira atitudinal, a gente está falando de lógica de estrutura capacitista, que nos impõe um lugar marginal, e que a nossa luta, inclusive, não pode seguir sendo resumida à garantia de acessibilidade, porque a gente precisa entender que a ausência de acessibilidade é uma escolha política, resultado e sintoma dessa estrutura capacitista, porque a nossa luta é para poder existir em todos os espaços.

Nesse sentido, é importante que a gente destaque, além do que foi brilhantemente colocado por todos que me antecederam, que a avaliação biopsicossocial é um tema que vai além do técnico e do burocrático, incluindo a fala da Secretária Anna Paula, dizendo que muitas pessoas ainda não sabem sobre a avaliação biopsicossocial, e isso demonstra o quanto essa lógica perversa capacitista nos afasta dos temas que impactam diretamente a nossa vida.

E é fundamental que a gente crie, implemente políticas públicas que enfrentem essas injustiças de



maneira concreta e efetiva. A gente precisa definir quem são as pessoas com deficiência e reconhecer quais são as suas principais barreiras para a construção dessas políticas.

Como a gente sabe e já foi bem colocado aqui, nós estamos atrasados para regulamentar a avaliação biopsicossocial. E por que será? E, ao mesmo tempo que temos esse atraso, o que nós precisamos lidar é com propostas desta Casa, propostas legislativas que equiparam doenças à deficiência, que retornam o modelo capacitista e biomédico da deficiência; ao invés de avançarmos, regredimos, e, de novo, culpabilizando os nossos corpos por aquelas discriminações impostas por aqueles que se colocam na condição de normais. Inclusive, essa normalidade de forma alguma eu quero reivindicar, porque os nossos corpos são corpos políticos que trazem não só resistência, mas estratégias de construção de uma realidade mais justa.

Bom, desde 2007, como foi colocado aí pelo companheiro Hisaac, já se tem a discussão da avaliação biopsicossocial. Já foram colocados recursos para cada um dos GTs que já existiram. O que é que falta? O que é que falta?

A gente tem a validação técnica, tem a validação política, lembrando que o IFBrM foi reconhecido pelo Conade como instrumento adequado para garantir a avaliação biopsicossocial... E, mais que tudo, é importante que a gente entenda que a noção da avaliação biopsicossocial da deficiência é promover justiça social, é um passo crucial para a reparação histórica das pessoas com deficiência. É necessário que o Estado brasileiro reconheça quem somos, a partir das violações estruturais e históricas que vem nos impor.

A avaliação traz... Por que é que ela é tão importante? Porque ela traz para o jogo político a presença dessas estruturas que nos impõem a vivência da deficiência, que colocam no nosso corpo... Seguem colocando no nosso corpo a responsabilidade pelas discriminações, sendo que todo mundo tem as suas necessidades garantidas – por todo mundo eu digo pessoas sem deficiência. Por que é que os nossos corpos não são vistos como dignos de também ter as suas necessidades atingidas, reconhecidas, e não se criam estratégias para que a nossa participação seja garantida?

Falar sobre avaliação biopsicossocial é devolver para as estruturas, devolver para a sociedade essas barreiras que nos impõem.

No início da sua fala, o Senador estava falando da questão da democracia, da defesa da democracia, e a gente precisa reconhecer que não há democracia possível ainda para as pessoas com deficiência, quando o Estado ainda não reconhece quem somos, o que está, de fato, impedindo a nossa participação. Então, a gente precisa falar que a democracia precisa ser uma realidade também para nós.

E lembro que a avaliação biopsicossocial é um passo para, de fato, romper com a lógica binária da deficiência, como também colocou a Liliane, e entender quais são as principais barreiras, para que, assim, a gente possa construir políticas que as enfrentem e para que a gente possa, de fato, exercer essa democracia, que tanto tarda, mas tanto é necessária para toda a nossa sociedade. Então, é preciso entender que a avaliação também é uma estratégia para a emancipação de sujeitos e rompimento dessa lógica perversa e avançar enquanto sociedade.

Acho que é isso.

Mais uma vez, seguimos em luta e com a urgência necessária, para que a avaliação, de fato, seja urgentemente regulamentada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos para a Sra. Vitória Bernardes, Conselheira Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do nosso querido Rio Grande do Sul.

Daí me perguntaram no celular: “Mas por que tu falaste que foi 20 de setembro ontem?”. É a data da Revolução Farroupilha, o dia do gaúcho! E para ela, como gaúcha, eu fiz uma pequena saudação. Ela entendeu.



Mas parabéns pela sua exposição!

Passamos agora a palavra à Sra. Maria Clara Israel, servidora da Câmara Legislativa do DF.

É com a senhora. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA CLARA ISRAEL (Para discursar.) – Bom dia.

Eu vou fazer minha autodescrição.

Sou uma mulher branca, uso óculos, meu cabelo é castanho... Meu cabelo é castanho, uso óculos, tenho pele branca e estou usando uma blusa vermelha.

Quero começar agradecendo ao Senador Paulo Paim e a todos que organizaram este evento tão importante em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

É uma honra estar aqui hoje, neste lugar de tanta responsabilidade, compartilhando com vocês um pouco da minha história e das minhas conquistas.

Como não é todo mundo que me conhece ainda, sou Maria Clara Machado Israel. Tenho 32 anos, sou conhecida carinhosamente como Clarinha.

Nasci com síndrome de Down, mas essa condição nunca me impediu de viver plenamente, de ser feliz, de sonhar e de conquistar o meu espaço no mundo.

Quando olho para trás, vejo o quanto o apoio da minha família foi essencial. Desde o início, recebi amor, acolhimento e estímulo.

Com apenas 20 dias de vida, comecei a estimulação precoce, com exercícios de fonoaudiologia; e, com quatro meses, iniciei as sessões de fisioterapia e terapia ocupacional. Tudo isso foi fundamental para o meu desenvolvimento.

Todo bebê com síndrome de Down precisa desse suporte, nos primeiros anos de vida, para se desenvolver com mais autonomia.

Meus pais sempre acreditaram em mim e me colocaram para participar de tudo: festas, passeios, escola, brincadeiras e várias atividades.

Desde pequena, a inclusão já fazia parte da minha vida.

Tive uma infância ativa, rodeada de amor sensível em muitas oportunidades.

Fiz natação, balé, pintura, canto, musicalização e teatro, que virou minha grande paixão.

Entrei na educação infantil com quatro anos, na rede pública, em escola regular, em turma inclusiva, e assim fui até terminar o ensino médio, com 22 anos de idade.

Foram anos muito importantes, onde aprendi a crescer, fiz amigos, e espero que meus colegas também tenham aprendido comigo sobre empatia, respeito e convivência com as diferenças.

Depois da escola, surgiu o desejo de trabalhar e de estudar ainda mais.

Entrei na Apae, fiz algumas oficinas e o curso Meu Primeiro Emprego.

Em 2016, tive minha primeira oportunidade de trabalho, na loja de *design* Vivara.

Depois, passei por dois órgãos públicos, a Câmara dos Deputados Federais e o TST (Tribunal Superior do Trabalho). No primeiro, fui Assistente Administrativa; e, no segundo, fui Assistente Administrativa e também Cerimonialista.

Atualmente, trabalho como Assessora do Deputado Eduardo Pedrosa, na Câmara Legislativa do DF. Além disso, sou Autodefensora, nacional, regional e local, com formação em *advocacy* pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

Sou Diretora da Associação DFDown, sou atriz, modelo do Fashion Inclusivo, inicialmente como influenciadora digital, e sou palestrante.

Também amo teatro, novelas, filmes e artes em geral e tenho muitos sonhos.

Recentemente, realizei um deles: participei do filme Colegas e o Herdeiro, onde a maioria dos atores tem síndrome de Down. Foi uma experiência maravilhosa e que prova que, sim, é possível estar em todos



os lugares, inclusive nas telas do cinema.

Ah, e tenho um outro sonho que ainda quero realizar: fazer faculdade de Artes Cênicas e Artes Plásticas.

Ainda existe muita gente que não acredita na nossa capacidade, mas nós podemos alcançar coisas antes não imaginadas na educação, no esporte, na cultura, no trabalho, no cinema, na TV, em muitos outros lugares. Quando temos apoio e oportunidades, podemos surpreender, podemos brilhar.

O que eu mais desejo é que a sociedade nos veja como realmente somos: capazes, cheios de potencial, donos da nossa própria vida.

Precisamos de inclusão de verdade, de oportunidades, de acessibilidade e de um olhar que enxergue a pessoa, e não apenas a deficiência.

A minha maior vitória não é o cargo que eu ocupo; é poder, com a minha voz, inspirar outras pessoas com deficiência a serem protagonistas de suas próprias histórias.

Para terminar, quero deixar uma mensagem: se uma pessoa com síndrome de Down ou outra deficiência cruzar o seu caminho, não se afaste, chegue perto, converse, conheça. Pode ter certeza de que temos algo a ensinar sobre empatia, sobre simplicidade, sobre felicidade e sobre o que realmente importa na vida.

Ah, e quero fazer um pedido: me sigam no Instagram e no TikTok. Anotem aí: @clarinha.com... Quero dizer: @clarinha.israel.

Vamos seguir juntos nessa luta por um mundo mais justo, mais acessível e mais inclusivo para todos!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A Sra. Maria Clara Israel é servidora da Câmara Legislativa do DF e trabalha com o Deputado Eduardo Pedrosa.

Meus parabéns, Eduardo, por ter uma assessora aqui que discorreu sobre todas as áreas em que ela atuou, estudou e se formou até hoje, mostrando que as pessoas com alguma deficiência só precisam de oportunidade para mostrar toda a sua capacidade.

A SRA. MARIA CLARA ISRAEL – E eu também sou da Frente Parlamentar da Síndrome de Down. Foi o Deputado Eduardo Pedrosa que criou. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Parabéns!

Eu concedo a palavra, neste momento...

Temos dois companheiros que me encontraram aqui na entrada e me conhecem há décadas. Eles vão dividir o tempo deles.

Seriam cinco minutos, mas vamos dar três minutos para cada um, para que eles deem também a sua mensagem.

Então, eu passo a primeira palavra ao Sr. Oswaldo Freire e, em seguida, ao Sr. Fernando Cotta.

Eu só vou fazer o apelo para o tempo, não é?

O SR. OSWALDO FREIRE (Para discursar.) – Bom dia, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, demais autoridades presentes na mesa, convidados.

Rapidíssimo, eu sou Oswaldo Freire, não tenho nenhum parente autista e realizo já há 12 anos um trabalho voluntário, solidário com os nossos autistas e seus familiares no Brasil. Durante dez anos, eu fui estudar autismo na Austrália, Emirados Árabes, Estados Unidos, Argentina, México, Canadá e França. Um trabalho com recursos próprios, indo e voltando, e há dois anos meu livro, *O Desafiante Mundo do Autista: Obstáculos e Possibilidades no Labirinto do Amor*, já foi lançado aqui, no Senado, onde já estive duas vezes, fazendo palestra, e também foi lançado na Câmara dos Deputados, onde já fui fazer seis



palestras durante esses dois últimos anos. Foi lançado no Conselho Regional de Medicina de Alagoas, no Museu da Inconfidência Mineira de Ouro Preto, Minas Gerais, e Brasil afora.

Então, eu gostaria de agradecer ao nosso ilustre Senador Paim, que me estimulou também a fazer esse livro, a muitos Deputados também, ao Fernando Cotta, que está aqui conosco, um grande incentivador do meu trabalho, fundador do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Enfim, estão sempre aí conosco, ombreando nessa missão minha, que eu faço com grande alegria e grande entusiasmo.

Eu gostaria de também anunciar a vocês...

(Soa a campanha.)

O SR. OSWALDO FREIRE – ... para terminar, que o nosso Senador Romário apresentou o PL 250, de 2020, em que pretendemos um pequeno porcentual de cada S – e são nove S no Sistema S: Sesc, Senai, Sest, Sebrae, enfim, todo o Sistema S –, para fazer um apoio dirigido, focado para as pessoas com deficiência no Brasil.

Então, Senador Paim, o senhor sempre esteve ao nosso lado, não só com a Lei Berenice Piana, a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, enfim, o senhor é o nosso ícone, o senhor é o nosso grande bandeirante da pessoa com deficiência no Brasil.

Então, eu estou fazendo a minha contribuição a esse processo...

(Soa a campanha.)

O SR. OSWALDO FREIRE – ... a esse projeto. Já fiz aqui hoje, entreguei para a querida Loni, assessora do Senador Romário, que está aqui conosco. Muito obrigado, Loni.

E devo falar também em seguida com a Senadora Professora Dorinha, de Tocantins.

Eu gostaria, Senador, de que o senhor nos desse uma força, que vamos atender 18,6 milhões de pessoas com deficiência: focado, recurso para treinamento, capacitação das pessoas com deficiência no Brasil.

Muito obrigado, Senador. Que Deus o abençoe sempre. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Sr. Oswaldo Freire, autor do livro *O desafiante mundo do autista*, que falou do Romário com um projeto que abraça todas as pessoas com deficiência. Obrigado.

Agora passamos a palavra para o Sr. Fernando Cotta. Ele foi o fundador do Movimento Orgulho Autista Brasil. Como combinado, eles dividiram o tempo deles, três minutos para cada um, já que todos falaram em torno de seis a sete minutos.

O SR. FERNANDO COTTA (Para discursar.) – Muito bem, bom dia a todos. Primeiro, muito obrigado pelo convite, pelo carinho, sempre pelo acolhimento, Senador Paim, Feminella, Liliane, Clarinha, enfim, todos que estão sempre conosco nessa luta há muitos anos pelas pessoas com deficiência.

E a sua história, Senador Paim, com os autistas brasileiros é gigantesca, é monumental. Desde quando o senhor nos acolheu, lá na nossa luta para sermos ainda considerados pessoas com deficiência – eu digo pelos autistas, eu digo pelo meu filho, que era o Fernandinho naquela época, hoje já é o Fernandão, está maior do que eu; está com 27, vai fazer 28 anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Naquele dia, tiramos uma foto aqui em cima, do lado de fora, né?

O SR. FERNANDO COTTA – Isso, isso, o senhor está bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Uma delegação, acho que de umas 20, 30 famílias autistas.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso, exatamente. O senhor lembra muito bem. O senhor, o



Senador Wellington, o então Senador Cristovam Buarque, naquela oportunidade, enfim, e várias famílias. Nessa luta conseguimos tantas vitórias, e ainda precisamos, hoje, em 2025 – ontem, dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência – lutar por direitos.

As pessoas me perguntam, “Fernando, todos os anos você está lá com o Paim? Você está lá fazendo nas audiências das Comissões, especialmente na Comissão de Direitos Humanos? Você está lá com o Paim, você está lá com o Senador Arns, você está lá com o Senador Romário, esses parceiros que há muitos anos carregam a causa das pessoas com deficiência, a causa das pessoas autistas?”.

E se nós temos ainda tantas dificuldades, tantas conquistas, é por conta disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO COTTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para depois não dizer que tu deixaste de fora a Mara Gabrilli.

O SR. FERNANDO COTTA – A Senadora Mara. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ela foi Relatora, inclusive, da Liga Brasileira de Inclusão.

O SR. FERNANDO COTTA – Desde quando era Deputada – não é?...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

O SR. FERNANDO COTTA – ... ela estava nessa luta. Na antiga Comissão de Seguridade Social e Família, ela teve um destaque muito importante como Relatora na, então, Lei Berenice Piana.

Então, Berenice, Ulisses Batista, Cláudia Moraes e tantas entidades, aquelas que não puderam vir, que participaram virtualmente já naquela oportunidade...

Naquela época, Senador, nós não sabíamos, então, absolutamente... Aquele foi o nosso primeiro processo de saber como é que se confeccionava. Nós tivemos que aprender como é que se fazia uma lei no Brasil. E o senhor colocou o seu gabinete sempre à disposição, a própria Comissão de Direitos Humanos do Senado à disposição, para nós podermos desenhar ali o anteprojeto e saber: “Ah, mas isso não pode”. “Se colocar isso aqui colocar não passa”. “Não, isso aqui já pode”. E foi sensacional e nós tivemos uma vitória em pouquíssimo tempo.

Lembro-me, como se fossem os detalhes que me ocorrem agora, por exemplo, do senhor ligando atrás dos outros Senadores para votar em determinadas Comissões.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COTTA – Por exemplo, na época do falecimento do Vice-Presidente da República, naquela oportunidade, o senhor ligou para que eles viessem votar para que nós tivéssemos, enfim, o nosso projeto, a Lei Berenice Piana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Inesquecível José Alencar.

O SR. FERNANDO COTTA – Exatamente – exatamente –, o Vice-Presidente José Alencar.

E lembro do senhor... e não é qualquer Parlamentar, não são quaisquer pessoas que fazem isso, não.

Então, o senhor está marcado para sempre nisso.

Eu gostaria de falar rapidamente aqui sobre o nosso projeto PRF Amiga dos Autistas, que existe desde 2023.

O senhor tem um deste, não é, Senador, que eu lhe entreguei? Segure aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A lei é aqui do DF, né?



O SR. FERNANDO COTTA – É a Lei Fernando Cotta, e o projeto agora, mais recentemente, é de 2023. E o senhor fez uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre o trânsito seguro.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COTTA – Envolvemos várias forças que estão congregadas, vamos dizer assim, pela Polícia Rodoviária Federal, que começou com esse projeto, para levar informação para quem precisa, para, principalmente, além de chegar a informação, qualificar os policiais em todo o Brasil.

Os policiais rodoviários federais, inclusive, já estão qualificados, e, agora, já estamos partindo para os policiais judiciais, com a Polícia Judicial Amiga dos Autistas, a Força Nacional de Segurança Pública, os DETRANS, os DERs. Enfim, são vários órgãos de segurança pública e de trânsito que estão qualificados a identificar policiais com transtorno do espectro autista e as famílias desses policiais.

Eu estou há um ano e meio no abono permanência. Quando eu comecei, eu estava para aposentar e já tinha tentado a minha vida inteira colocar esse projeto na PRF, e sempre aquela coisa: “não, isso não é coisa de polícia”, “coisa de polícia é prender bandido, apreender drogas”. Eu falava “não, é sim”.

E conseguimos.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COTTA – Eu quero agradecer aqui, rapidamente, ao nosso Diretor Antônio Fernando, nosso Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal. Só depois dele é que nós conseguimos colocar esse projeto em prática no Brasil inteiro.

Então, hoje, para as pessoas que transitam pelas rodovias federais, todos os policiais rodoviários federais do Brasil estão qualificados para essas pessoas, para atender melhor essas pessoas, para, em vez de causar uma crise, fazer muito pelo contrário, acolher essas famílias, acolher essas pessoas que estão transitando nas rodovias federais, enfim, criando a cultura das pessoas com deficiência, a cultura das pessoas autistas nas organizações policiais, nas organizações de trânsito. Isso é muito importante.

Por último, só queria lembrar as nossas lutas, as questões dos planos de saúde, a dificuldade, o BPC, os centros de referência para os autistas, que nós tentamos tanto tirar do papel, os medicamentos em falta, sem qualquer aviso, o alto índice de suicídio e os autistas severos sem qualquer atendimento, os adultos principalmente.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COTTA – Eu apelo, então, para as mães aqui, para terminar a minha fala: não desistam dos seus filhos, nunca!

Existem, sim, Parlamentares aqui, como o Senador Paulo Paim, que abraçam a sua causa, mãezinha, que abraçam a causa das pessoas com deficiência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o senhor Fernando Cotta, fundador do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Lembro-me de que chegaram à Comissão de Direitos Humanos junto com a Sra. Berenice Piana de Piana, e a lei foi construída de forma coletiva, teve Relatores, teve tudo. Inclusive, um dos Relatores, se eu não me engano, foi o Líder do Governo hoje na Câmara, o Líder do PT Lindbergh. Foi um dos Relatores, inclusive, da lei e fez um belo trabalho.

Enfim, parabéns a você.

Estamos todos juntos, e todos nós temos a mesma causa: a luta pelas pessoas com deficiência.

Uma salva de palmas a você. *(Palmas.)*



Neste momento, eu concedo a palavra à Sra. Érica Curado, representante da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça).

A SRA. ÉRICA CURADO (Para discursar.) – Primeiro, sem microfone, para me localizar. Bom dia, quero saudar o Senador Paulo Paim, toda a Mesa, Anna Paula Feminella, Clarinha, todos os presentes.

Eu sou Érica Curado, sou uma mulher autista de 47 anos, estou conselheira distrital dos direitos humanos, mestranda em Educação na UnB, membro da Abraça (Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas). Posso dizer, quero agradecer muito, estou muito feliz, como pessoa com deficiência, pessoa autista, por ter esta oportunidade de falar com o Senador, agradecer por todos os avanços que nós tivemos até hoje, mas ainda quero colocar uma luta.

Aqui eu trago o cenário dos autistas não falantes. A barreira da linguagem é muito presente. Eu digo que sou uma ativista pela educação inclusiva, e vejo que autistas não falantes são excluídos pela barreira da linguagem. Então eu trago um clamor aqui do movimento de luta de pessoas com deficiência, para que nós pensemos no direito à linguagem, no direito à comunicação aumentativa e alternativa, porque a falta desse direito tem levado autistas não falantes, e não somente autistas, todos nós aqui um dia podemos ser hospitalizados e não termos nossa fala, nós podemos sofrer violência dentro do hospital.

(Soa a campanha.)

A SRA. ÉRICA CURADO – E aqui, eu não fiz minha descrição, quero pedir uns minutinhos, porque não vai entrar, e, como pessoa com deficiência, quero pedir mais uns minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com um apelo desse não tem como não te dar mais, dois minutinhos a mais, está bom.

A SRA. ÉRICA CURADO – Então, eu sou uma mulher branca de pele clara, cabelos compridos, estou usando um macacão jeans com o colar do girassol.

Tem outro detalhe também que eu quero colocar, que é uma barreira na linguagem, e também agradecer pela lei da linguagem simples. Só que nós temos um longo caminho ainda, Senador, porque, como mestranda na UnB, eu tenho acompanhado os editais e eles não têm uma linguagem acessível. Então, assim, essa política é necessária porque a linguagem simples tem que estar presente nos editais, a barreira da linguagem tem prejudicado e não apenas pessoas autistas. Então, fica o meu clamor aqui, neste dia da pessoa com deficiência, nós pensarmos nas pessoas com deficiência que estão sendo excluídas pela barreira da linguagem. Nós temos as leis, mas o clamor é necessário para que essas leis sejam consolidadas.

E agradeço muito, Senador, por estar aqui hoje e poder falar em nome dessas pessoas que estão sendo excluídas porque um dia, se tiver acessibilidade, não vai precisar da Érica Curado aqui falando, não. Elas vão poder estar aqui, com a comunicação aumentativa, alternativa, com a linguagem simples, pela qual essas pessoas que não falam vão poder falar através da comunicação.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Contem com o nosso apoio, desde agora e sempre, para uma linguagem simples que possa atender a todos, a todas as pessoas com deficiência.

Nós vamos agora para o encerramento da nossa atividade. Foi uma bela atividade, cumpriu todos os objetivos. O meu celular eu tive que desligar, porque tinha gente que queria entrar, participar diretamente e fazer perguntas para vocês, e eu respondi que não podia neste momento, mas que, na Comissão de Direitos Humanos, a gente vai poder atendê-los.

Neste momento, nós vamos ter a Senadora Damares – eu sou muito fiel aos encaminhamentos que faço, e ela nos ajudou a montar esta sessão –, que indicou uma pessoa para falar neste momento, que é a



Anna Carolina Ferreira da Rocha. Ela irá declamar o poema TransformArte. A Senadora disse que só não está aqui porque está no exterior.

Então, agora, com a palavra da Sra. Anna Carolina Ferreira da Rocha, para declamar.

Eu adoro poema, viu? Se vocês vacilarem, eu começo a declamar aqui. Vocês vão dizer: “Para, Paim? Para aí, para aí”. (*Risos.*)

Então, vamos lá. É com você.

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA (Para discursar.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, por esta oportunidade.

Quero agradecer também à Senadora Damares, que, por meio da Karol Cruz, me fez esse convite para poder estar aqui.

Deixem-me primeiro me autodescrever: eu sou uma mulher de 42 anos, de pele clara, de cabelo castanho-claro; sou cadeirante, também sou amputada, tenho atrofia nas mãos, tudo isso por causa de uma doença rara que eu tenho, que é a epidermólise bolhosa.

Quero, inclusive, destacar que a gente está praticamente encerrando o mês de setembro, e outubro é o mês de conscientização da epidermólise bolhosa. Então, aproveito esta fala também para trazer isso para o Senador, para a gente poder trazer um pouco de conscientização sobre a epidermólise bolhosa, porque é uma doença que pode ser incapacitante. Ela pode restringir muito as pessoas e, em determinadas situações, em formas mais graves, fazer com que nos tornemos pessoas com deficiência. Então, quero trazer também esse lembrete das doenças raras, de que elas também precisam ser olhadas, porque muitas doenças raras, se não são tratadas adequadamente, progridem para pessoas com deficiência. Então, uma forma de a gente melhorar essa questão da assistência das pessoas com deficiência é a gente começar melhorando a assistência às pessoas com doenças raras, porque assim a gente pode prevenir ou deixar num grau menor diversas deficiências.

Eu vou trazer um poema de minha autoria, que é parte do meu livro *Improvável Joia Rara*, que é um livro de poesias e de letras de música, porque eu também sou cantora e compositora.

Esse poema foi escrito para um outro evento, o Mês da Luta da Pessoa com Deficiência, na Fiocruz, há três anos, e eu achei bem pertinente trazê-lo aqui também para o Senado Federal:

TransformArte
Arte cura
Arte salva
Arte transforma
A vida transforma a arte
A arte transforma a vida
De quem tem deficiência
Sendo muitas vezes a única possibilidade
De inserção nesta sociedade
De poder ser ganha-pão
De quem vive na prisão
Da invisibilidade
A arte salva
Quem precisa de alimento para a alma
Mas também
Nós que precisamos de alimento na mesa
E não queremos viver de migalhas



Das bondades dos governos
Arte cura
Da depressão
Da ansiedade
Da tristeza
Da mediocridade
De vivermos numa sociedade
Na qual nos expressamos
Mas não somos ouvidos
Quem tem olhos funcionais que nos veja
Quem tem ouvidos funcionais que nos ouça
Mas principalmente que nos sinta
Sinta com todos os pelos do seu corpo
Pois nós com deficiência gritamos
Com toda a nossa força
Para que tenhamos respeito
Dignidade e participação
Em todas as esferas deste país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, parabéns.

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA – Bem, e quem quiser adquirir, está disponível aqui também, e eu vou aproveitar, já que a Clarinha fez isso também anteriormente, vou deixar aqui, à disposição, as minhas redes sociais, para quem quiser acompanhar um pouco mais do meu trabalho: Anna, com dois “n”, annacarolfrocha. E deixo aqui também as redes sociais do meu coletivo, que eu fundei, de mulheres com epidermólise bolhosa, que se chama Ativismo EB. Vamos aprender também sobre deficiência, vamos aprender sobre as doenças raras, e assim a gente vai conseguir incluir todo mundo nessa sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Anna Carolina Ferreira da Rocha, que declamou o poema TransformArte.

Olha, eu não sabia que a senhora estava aqui, eu achei que estivesse no exterior, então fique tranquila que eu falo... Percebeu que eu já anunciei que a senhora não estava aqui porque estava fora, mas tinha indicado a Anna Carolina. Senadora Damares, eu sei que a senhora, uma vez convocada, fala. Está convocada. Eu expliquei que a senhora ajudou, inclusive, a organizar este evento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Obrigada. Permita-me falar da bancada.

Eu vim correndo, gente, na verdade, voando.

Quero cumprimentar a todos e, Senador Paim, cumprimentá-lo pela iniciativa.

A gente não pode deixar esta e outras datas passarem sem o Senado fazer a celebração, a manifestação. Cada momento desse é um recado que a gente manda para a ponta e é uma mensagem de esperança, de que as pessoas com deficiência não estão sozinhas e podem contar com bravos guerreiros.

Eu estava ouvindo o seu discurso enquanto eu vinha para cá, lembrando o passado, guerreiros que passaram por esta Casa e guerreiros que estão chegando. Acreditem, a causa tem conquistado a cada dia mais Parlamentares, comprometidos com vocês, com o tema. Claro, não temos todas as respostas, mas



nós estamos dispostos a buscar todas as respostas.

A angústia, às vezes, toma conta de nós. Às vezes, nós temos uma sensação de impotência muito grande, por incrível que pareça. “Mas vocês não estão no poder?”. Às vezes, a gente se sente tão impotente, mesmo estando no poder, mas não desanimados. Às vezes, uma derrota aqui, uma porta fechada ali, mas jamais desanimados.

Contem com a gente. Esta Casa é uma casa que tem se dedicado ao tema.

Enquanto estava acontecendo aqui, eu também estava participando de uma audiência *online* presidida pelo Flávio Arns ali na Comissão de Direitos Humanos, hoje, sobre uma síndrome, a síndrome do X frágil. Então, a Casa está se debruçando. Contem conosco.

Quando eu olho para trás, Rosinha, o que nós tínhamos há 20 anos? Apenas sonhos e militantes, às vezes, gritando nos corredores, vozes perdidas. Hoje nós temos uma lei, nós temos Comissão, nós temos espaço, as famílias são ouvidas. Hoje nós temos redes sociais para também estarmos cobrando as respostas que tanto queremos.

Que Deus nos abençoe! Que esta seja, de fato, a nação com que tanto sonhamos, Senador Paim, a nação inclusiva, a nação que não deixa ninguém para trás. Nesse sentido, a gente caminha.

Saibam: neste cenário... E esta legislatura, desculpem a falta de modéstia, é uma legislatura espetacular, com muitas pessoas vindo. Quem está aqui no dia a dia, nos corredores, sabe: quantos enfrentamentos neste Plenário, aqui, nesta última legislatura?

Senador Paim, ao senhor que é a nossa inspiração, ao senhor que é o nosso mestre, ao senhor que é o nosso guia nesse tema, muito obrigada por sua entrega. Seu estado sabe quem é o senhor, o Brasil sabe, nós aqui sabemos quem é o senhor. Muito obrigada por tudo.

E que Deus abençoe vocês e todas as suas famílias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, Senadora Damares, que, assim, deu também a sua contribuição. Estava em um outro debate lá com o Flávio Arns, por isso ele também não pôde estar aqui, mas chegou a tempo ainda, fazendo a saudação para todos vocês e para o Brasil.

Eu quero registrar a presença de quem está representando o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o chefe de projeto do Departamento de Benefícios Assistenciais, Sr. Wallace Dias Freitas.

Para encerrar o nosso evento, eu convido a Sra. Nazaré Silva – como eu disse, eu sou apaixonado por poesia, viu? Por isso, mais uma poesia. Ela irá declamar o poema Caminho Inclusivo, de autoria do seu filho, Samuel Silva.

Por favor, Sra. Nazaré Silva.

O pessoal sabe que eu gosto de poesia, aí botou duas poetisas para falar no encerramento. Ela está subindo aqui na tribuna, junto com o filho, Samuel Silva.

A tribuna é sua, Sra. Nazaré Silva, e também de você, Samuel.

A SRA. NAZARÉ SILVA (Para discursar.) – Quero, primeiramente, agradecer e cumprimentar a mesa e me descrever também. Sou uma mulher negra, mãe do Samuel, sou atuante nos direitos da pessoa com deficiência, sou idealizadora do projeto Cromossomo do Amor, Presidente do CER (Centro de Ensino e Reabilitação) que fica na Asa Sul e atende pessoas com deficiência de todas as RAs. Quero cumprimentar todos os presentes e dizer que hoje é dia, sim, de celebrar, dia 21. Muitas vezes as pessoas perguntam: celebrar a luta? Sim, porque já temos muitos avanços, né?

Então, esse poema é um poema de reflexão. Que sirva para todas as pessoas. Foi inspirado no Samuel, que me acompanha em todas as lutas e todos os dias. O nome do poema é Caminho Inclusivo:



Caminhos que se cruzam,
Pessoas que se encontram,
Diversidade que se celebram,
Inclusão que se constrói,
Rampas que se erguem,
Portas que se abrem,
Acessibilidade que se conquista,
Igualdade que se proclama.
Cada passo que se dá,
Cada barreira que se quebra,
Um mundo mais justo se cria,
Onde todos podem caminhar.
Mãos que se unem,
Corações que se abrem,
Amor que se compartilha,
Inclusão que se vive.
No caminho inclusivo,
Não há lugar para o medo,
Apenas espaço para o amor,
E a celebração da diversidade.

Viva a inclusão!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Lindo, lindo, lindo o poema, parabéns. (*Palmas.*)

Percebeu que o Plenário ficou todo em silêncio.

Eu sempre digo: quando um poeta ou uma poetisa falam, nenhuma mosquinha tem direito de fazer um barulho no ar. E senhora conseguiu, com o seu poema, junto com o Samuel, fazer com que todos ficassem em silêncio.

A SRA. NAZARÉ SILVA – E eu agradeço essa oportunidade de ser voz para todas as famílias, todas as mães de pessoas com deficiência presentes aqui e aquelas que não puderam vir também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com essa beleza de poema, tanto o seu como também o que o antecedeu, que foi a Anna Carolina Ferreira da Rocha... Com o poema TransformArte, e com o seu Caminho Inclusivo, nós encerramos a sessão.

Muito, muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 02 minutos.*)



Ata da 122ª Sessão, Não Deliberativa,
em 22 de setembro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Confúcio Moura.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 15 horas e 9 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Há número regimental, eu declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio de totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

O primeiro inscrito da tarde é o Senador Paulo Paim, que já está na tribuna, a quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Confúcio Moura.

Senhoras e senhores, quero registrar... Hoje vou fazer um comentário sobre os eventos de ontem que levaram a população às ruas em várias cidades do Brasil, eventos em todas as capitais, em centenas de cidades do interior. Essa mobilização no Brasil, segundo analistas, ultrapassou tranquilamente mais de 1 milhão de pessoas. Há quem fala em 1,5 milhão ou 2 milhões; eu prefiro dizer que ultrapassou mais de 1 milhão de pessoas.

Vamos em frente.

Essa mobilização foi para dizer “não” principalmente à PEC da impunidade, mas também ao projeto da anistia. Eu estou dando a devida... porque sei que muita gente que pensa diferente do que eu penso estava lá também. Essa PEC cria uma espécie de escudo que blindava Parlamentares de processos e investigações.

O projeto de anistia está em debate, foi julgado no Supremo – não é em debate, mas está na Câmara dos Deputados; foi votada a urgência, né? –, sobre o que aconteceu em 8 de janeiro. Ou seja, trata-se de um enorme e gravíssimo retrocesso na vida política e democrática do país. Por isso, eu diria: tanta gente foi às ruas no dia de ontem.

A nossa democracia foi conquistada a duras penas. Temos um alicerce nesse sentido: a nossa Constituição Cidadã. E eu fui Constituinte. Reafirmamos aqui a independência dos três Poderes, a soberania do Brasil. O país precisa de justiça. Precisamos que o Congresso tome atitudes concretas para melhorar a vida das pessoas em áreas como saúde, por exemplo, que é uma grande preocupação que todos nós temos, educação, segurança, moradia, emprego e tantas outras áreas. É urgente, por exemplo, a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5 mil. E também, na mesma proposta, existe um escalonamento para rendas entre R\$5 mil e R\$7 mil, que não pagarão o imposto integral.

Nesse contexto de novas tecnologias, inteligência artificial, precisamos aprofundar o debate, por exemplo, da redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Eu tenho uma PEC, chamada PEC 148, de 2015, que vai na linha de uma tendência mundial, reduzindo num primeiro momento para 40 horas; depois vai reduzindo uma hora por ano, até chegar naquilo que entendemos viável. Na França, por exemplo, a carga horária é 36 horas, mas 90% dos setores já estão com 32 horas.

Há outras pautas também urgentes: a taxação dos super-ricos, a redução dos altos salários... É como eu disse hoje pela manhã, eu estou me referindo a quem ganha mais de R\$100 mil por mês, R\$200 mil – e tem na área pública. Quer ganhar R\$100 mil? Quer ganhar R\$200 mil? Vá para a área privada. É legítimo, né? Faz parte em qualquer país do mundo que se diz democrata, como o nosso.

Que possamos, com serenidade, fazer o melhor para a população brasileira, com muito equilíbrio. Nosso dever é legislar pelo bem-estar de todos, promovendo o crescimento e o desenvolvimento do país.



Sr. Presidente, na mesma linha, eu leio agora – me comprometi a ler – a nota da Bancada do PT neste cenário.

Presidente Confúcio Moura, falo aqui, neste momento, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, por unanimidade de seus membros, manifesta-se diante da Proposta de Emenda Constitucional nº 3, de 2021, originada na Câmara dos Deputados e corretamente batizada pela sociedade brasileira como “PEC da Blindagem”. Esta proposta é um verdadeiro atentado contra os princípios republicanos consagrados pela Constituição Cidadã de 1988. Ela afronta, de modo direto, o *caput* do artigo 5º, que estabelece que todos são iguais perante a lei. Ao criar privilégios injustificáveis para parlamentares [como foi na PEC aprovada na Câmara], subverte-se a lógica elementar do Estado Democrático de Direito: o mandato não é um salvo-conduto para a impunidade.

Os representantes do povo devem servir à nação com humildade e responsabilidade, jamais buscar refúgio ou prerrogativas que os transformem em uma casta intocável de alecrins dourados. A proposta em debate não fortalece o Parlamento: enfraquece-o, ao convertê-lo em abrigo para a proteção de atos ilícitos, isolando-o do povo que lhe dá a legitimidade. [Foi o povo que nos botou aqui.]

O Parlamento brasileiro já dispõe de prerrogativas suficientes para o exercício da sua função. Criar mecanismo de blindagem é romper com o dever republicano de exemplo e probidade. É transformar o mandato, que deve ser instrumento de defesa da democracia e dos direitos sociais, em escudo pessoal [sou obrigado a dizer] para a prática de crimes. A Bancada do PT no Senado, fei à história e aos princípios fundantes de nosso partido, [...] [firma aqui] o compromisso permanente com os valores democráticos e republicanos da Constituição de 1988 [repito, eu estava lá, eu fui Constituinte], decide por unanimidade fechar questão: votaremos imediata e integralmente contra essa proposta [votaremos imediata e integralmente contra essa proposta]. O único destino possível para a chamada “PEC da Blindagem” é a lata de lixo da História.

Assinam essa nota, Rogério Carvalho, Augusta Brito – todos os Senadores do PT –, Jaques Wagner, Randolfe Rodrigues, Beto Faro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Paim, que é o que vos fala, e Teresa Leitão.

Sr. Presidente, como eu tenho um compromisso às 15h, eu vou, na segunda parte, mas que é de suma importância também, tentar apresentar este comentário que eu vou fazer aqui nesses 11 minutos que eu ainda tenho.

Sr. Presidente Confúcio Moura, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, Senador Girão, que já está aqui no Plenário, venho à tribuna para falar de um tema que toca diretamente a vida de cada brasileiro e brasileira: o direito à alimentação. O art. 6º da nossa Constituição expõe a alimentação como direito sagrado. A alimentação é direito humano básico, enquanto a fome é a negação desse direito. Alimentar o povo é decisão política, é ato de grandeza humana. Alimentar é gesto de amor. Se há fartura, que haja partilha, que se reparta o pão.

Quero registrar e valorizar o extraordinário trabalho que vem sendo realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), sob a Presidência de Edegar Pretto – filho de Adão Pretto, amigo meu, que foi Deputado Federal –, sendo o trabalho do Edegar, que já foi Deputado Estadual, elogiado muito pelo Presidente Lula.

Quando assumiu em 2023, a situação era dramática: a Conab estava praticamente sendo desmontada. O Governo anterior, infelizmente, havia fechado 27 unidades de armazenagem: de 91, restaram apenas 64.



Os estoques públicos de alimentos estavam zerados. O Programa de Aquisição de Alimentos havia sido extinto. Era o retrato de um Brasil abandonado, vulnerável e sem planejamento estratégico para enfrentar a fome.

De lá para cá, felizmente, a virada foi impressionante. Todos trabalharam nesse sentido. Em 2023, a Conab, então, inicia um plano ousado de modernização e recuperação de armazéns. O orçamento, que era apenas de R\$2 milhões, saltou para R\$12 milhões naquele ano. Em 2024, foram R\$15 milhões investidos. Em 2025, com parcerias históricas com a Itaipu Binacional e também com o BNDES, esse montante chegou a 230 milhões – 230 milhões adicionais, que permitirão investimentos em 14 unidades armazenadoras. Isso significa, Presidente, ampliar a capacidade da Conab de 900 mil toneladas para 1,3 milhão de toneladas, um aumento de quase 50% – sendo mais preciso, de 48%. E, no momento em que o Brasil está colhendo uma supersafra histórica, recorde, de grãos, estimada em 350 milhões de toneladas, um aumento de 16,3% em relação à safra do ano passado – aumento de quase 50 milhões de toneladas. A estimativa da área plantada é de 81,74 milhões de hectares, um aumento de 2,3% em relação à safra passada.

No Rio Grande do Sul, que é meu Estado e também do Edegar, a produção é de 35,9 milhões de toneladas. Repito: no Rio Grande do Sul, a produção é de 35,9 milhões de toneladas. Na área plantada, a estimativa é de 10,61 milhões de hectares. É o quarto maior produtor de grãos do país.

Sublinho que é fundamental termos estoques públicos, armazéns preparados e planejamento eficiente.

Mas não é só de números que estamos falando. Estamos falando de gente, de comida no prato, de agricultura familiar.

“A mistura de terra e mãos semeia o ventre que faz nascer a vida e ensina que o pão que dela [...] [brota] deve ser dividido [...] na fluidez constante dos rios da alma e das coisas simples que o coração fala”.

O Presidente da Conab, Edegar Pretto, tem origem nesse setor. É agricultor familiar, conhece muito bem os problemas e as necessidades e, por isso, fortaleceu tanto o Programa de Aquisição de Alimentos, que, retomado pelo Governo Lula, já movimentou mais de 1 bilhão em 2023 e 2024, beneficiando diretamente 69 mil agricultores em todo o Brasil, sendo 67% mulheres, 19% de povos e comunidades tradicionais e mais de 3% indígenas. Foram 132 mil toneladas de alimentos distribuídas para creches, escolas, hospitais e entidades que atendem os mais vulneráveis.

E o que se projeta para 2025 é ainda mais audacioso: quase R\$1,9 bilhão demandado, 237 mil toneladas de alimentos e participação de mais de 5,7 mil cooperativas e associações.

Isto significa, de forma bem realista e não só sonhadora, mais comida saudável, mais geração de renda no campo e mais dignidade para as famílias brasileiras.

Cito também o Programa Arroz da Gente, lançado em 2024, que apoia 40 mil famílias de agricultores familiares e povos tradicionais em 16 estados. A produção, que hoje é de 5 mil toneladas, vai chegar a 50 mil toneladas. Sabe quando? Já na próxima safra, a safra que vem aí, com garantia de compra integral pela Conab. Isso fortalece a produção local e reduz a dependência de importações.

Não posso deixar de mencionar o PGPM-Bio, que garante preço mínimo para os produtores da sociobiodiversidade da Amazônia e de outras regiões. Só nesse período, mais de 24 mil extrativistas foram beneficiados, com um investimento de 69 milhões, assegurando renda para quem vive do açaí, da castanha, do babaçu e de tantos outros produtos da floresta.

Tiago de Mello, Presidente, o Poeta da Floresta, assim escreveu: “Eu venho desse reino generoso, onde os homens que nascem dos seus verdes continuam [...] profundamente irmãos das coisas poderosas, permanentes, como as águas, os ventos e a esperança”.

Sr. Presidente – vou terminar no tempo –, quando falamos de emergência, a Conab também tem cumprido um papel fundamental. De 2023 a 2024, distribuiu mais de 680 mil cestas de alimentos para



populações atingidas por enchentes, secas e desastres climáticos. Sou testemunha: só no Rio Grande do Sul, após as enchentes, foram 190 mil cestas distribuídas. Avançamos, entre os povos ianomâmi; em Roraima, foram 160 mil cestas, em parceria com a Funai e as Forças Armadas. Isso é presença do Estado onde o povo realmente precisa.

Presidente, o resultado desse esforço está diante de nós. O Brasil voltou a produzir em escalas com recorde, retomou estoques públicos, valorizou a agricultura familiar e, acima de tudo, avançou e saiu do Mapa da Fome.

Este é o verdadeiro legado: um país que olha para a frente, que une produção e justiça social, que respeita quem planta e garante comida de qualidade a quem mais precisa.

Por isso, terminando, quero deixar registrado aqui o meu reconhecimento ao Presidente da Conab, Edegar Pretto, e a toda a sua equipe, e a todos os trabalhadores e trabalhadoras, investidores, sejam eles empresários ou trabalhadores do campo, que fazem das suas empresas um polo de produção gigantesco para o bem do povo brasileiro.

Eu cumprimento todas essas empresas, seja elas públicas ou privadas. Cada um cumpre o seu papel, cada um tem que cumprir sua missão. O que eles estão construindo é uma política de Estado, não de governo...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... uma política de soberania alimentar, de segurança nutricional, de dignidade para o povo brasileiro.

Sigamos nessa direção com esperança, com planejamento, com coragem, porque não há democracia plena quando o povo tem fome. E hoje, graças ao trabalho da Conab – e meus cumprimentos ao Presidente Lula e ao Edegar Pretto –, o Brasil volta a dar um passo firme na luta pela vida e pela justiça.

Terminei 20 segundos antes, Presidente. Consegui. *(Risos.)*

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Isso. Parabéns, Senador Paim.

E vamos continuar.

Com a palavra, o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido e abençoado irmão, amigo, Senador Confúcio Moura, do Estado de Rondônia. Muito obrigado por você ter aberto aqui esta sessão mais uma vez.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Sergio Moro, as Senadoras e os Senadores que estão nos gabinetes ou vindo para Brasília, assessores, funcionários desta Casa e, especialmente, os brasileiros e as brasileiras que nos acompanham nesta tarde aqui, diretamente da Casa revisora da República, numa semana tão emblemática. Semana... Aliás, todas as semanas ultimamente têm sido bem interessantes no nosso país. Temos muitos desafios.

Também me manifestei, desde a semana passada, contra o texto atual, como está, dessa PEC, que alguns chamam de prerrogativa, outros chamam de blindagem. Eu não tiro a razão de chamar de blindagem, porque, realmente, a falta de transparência no voto para abertura de processos contra Parlamentares, assim como a proteção de Presidente de partido, vai na contramão daquilo sobre o que o próprio Senado Federal já deliberou há sete anos, de acabar com o foro privilegiado.

Então, não tem o menor cabimento esse texto que está... E eu já me manifestei contra totalmente a esse texto.

Sei que o Senador Sergio Moro está fazendo algumas emendas interessantes, que podem dar um



outro rumo a esse projeto. Vamos analisar o texto – eu sou da CCJ também –, e estou à disposição para procurar melhorar.

Mas, Presidente, eu vim falar aqui hoje sobre uma viagem que eu tive a oportunidade de fazer, sem nenhum centavo do Erário, do próprio bolso, assim como os outros Senadores que foram conosco à Itália, a Roma.

Na última quinta-feira, saímos daqui à tarde, chegamos na sexta de manhã e fomos, praticamente, direto para o presídio feminino, visitar a Deputada Carla Zambelli.

Fomos eu, o Senador Magno Malta, a Senadora Damares Alves, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, e o Senador Flávio Bolsonaro. Este teria uma reunião, no domingo, com o Partido de Direita Conservador, um evento tradicional, e antecipou a ida para estar conosco, nesse momento de visita humanitária.

É importante que se fale do caráter dessa visita, porque nós fomos, sim, prestar solidariedade a essa Parlamentar brasileira, que é mais uma vítima clássica de uma perseguição política sofrida por um regime ditatorial formado pelo Governo Lula e alguns ministros do STF.

É uma presa política a Carla Zambelli, que iniciou – diga-se de passagem – seu ativismo político ao fundar o movimento Nas Ruas. O nome do movimento chama-se “Nas Ruas”, que teve forte protagonismo nas grandes e históricas manifestações de 2013, quando milhões de brasileiros foram às ruas protestar pacificamente, naquele momento do *impeachment* da Dilma, no momento de véspera de Copa do Mundo no Brasil, gastando-se bilhões e bilhões construindo estádios, enquanto o sistema de saúde colapsava, com inversão de valores, inversão de prioridades, corrupção por cima de corrupção...

E a Carla foi uma brasileira, e nós devemos muito a ela, como cidadãos, pelo trabalho que ela fez pela democracia, naquele momento, mostrando exatamente as entranhas do poder no Brasil, que culminaram, depois dessas manifestações, com o *impeachment* da Presidente Dilma.

Então, olhem só as coisas como é que são: ela foi eleita, depois, Deputada Federal por São Paulo, o maior estado do Brasil, em 2018, e reeleita em 2022, quando obteve uma das maiores votações da história do Brasil, do Parlamento brasileiro, com quase 1 milhão de votos.

A Carla Zambelli é a Deputada Federal mais votada da história deste país. Então, merece respeito, uma massa de quase 1 milhão de paulistas que votaram nela.

E, diga-se de passagem, ela, sendo a voz dessas pessoas, merece respeito – seu mandato –, ao mesmo tempo que as causas que ela defende... Em defesa da vida, da família, da ética, da liberdade de expressão... É uma Parlamentar que tem causas. Então, merece todo respeito.

Sempre foi muito atuante e respeitada não apenas no Congresso Nacional, mas principalmente pela sociedade.

Certamente, a Carla Zambelli estava incomodando muito o regime ditatorial brasileiro atual por ser conservadora de direita.

Em função da acusação feita pelo *hacker* Walter Delgatti de ter participado de um crime cibernético, com o objetivo de invasão de um sistema de dados da Justiça, do CNJ, o STF decide condená-la a 15 anos de prisão, perda de mandato e multa de R\$2 milhões, sem provas.

Basta você ter acesso e perceber que é a palavra de uma Deputada eleita por quase 1 milhão de votos, repito, contra um senhor que até à acusação de pedofilia está sendo exposto, um criminoso contumaz. É a palavra dela contra a desse criminoso.

Então, é algo surreal o que a gente está vendo, sem direito à ampla defesa, ao contraditório, sem a dupla jurisdição, uma série de falhas no seu processo. Ou seja, alguns Ministros do STF consideraram mais importante o depoimento desse criminoso, em vez de levar em conta a versão da Deputada Federal, que era totalmente divergente da versão do tal do *hacker*.



Esse *hacker*, diga-se de passagem, Presidente, tem umas coincidências aí: um *hacker* de Araraquara, da terra do atual Presidente do PT, Edinho Silva, e o Presidente Lula foi, naquele fatídico 8 de janeiro, coincidentemente também, para aquela cidade. Então, é tudo muito... Por que é que justamente Araraquara, o *hacker* de Araraquara, com a relação que tem com o PT, e o livro do advogado desse *hacker*... Ele fez um livro em defesa do Lula...

Então, parece-me algo muito estranho e que dá pistas, realmente, de uma trama para condenar, envolver a Deputada Federal mais votada do Brasil, Carla Zambelli.

Então, o Brasil acabou de romper com o Estado democrático de direito, quando o STF cometeu uma série de arbitrariedades nos julgamentos dos presos políticos de 8 de janeiro. Dessa forma, assim como já aconteceu com muitos brasileiros vítimas de perseguição – está acontecendo, inclusive –, só restou à Zambelli o autoexílio na Itália, um lugar onde ela é cidadã – ela tem a cidadania italiana.

Em julho, a Justiça italiana decidiu por sua prisão preventiva, enquanto analisava o pedido de extradição. Para isso – olha o detalhe aqui importante para todo brasileiro saber –, o Governo Lula, como se a gente estivesse nadando em dinheiro aqui, sem nenhum problema, como se não tivesse esse roubo bilionário do INSS, que cada vez se mostra mais, a explosão que aconteceu durante este Governo, com milhões de brasileiros, os mais pobres, viúvas, órfãos, as pessoas mais necessitadas, milhões de brasileiros, pensionistas, foram lesados, em bilhões, “b” de bola aí, em bilhões de reais, e a explosão aconteceu, coincidentemente, no Governo Lula.

O brasileiro está vendo, na CPMI, que, daqui a pouco, a gente vai ouvir mais um depoente ligado ao tal do Careca do INSS, sócio dele.

A gente não conseguiu ainda, pela decisão do Presidente do Senado, entender que movimentos esse Careca fez aqui dentro, porque foi decretado um sigilo vergonhoso de cem anos, em que você, brasileira, brasileiro, não pode saber onde é que esse Careca entrou, dentro de qual gabinete, com quem foi falar, quais assuntos tratou, aqui dentro de uma instituição pública como esta. Matérias saíram hoje em veículos grandes de imprensa, dizendo inclusive de relacionamento de assessores de Senadores aqui da Casa com o Careca do INSS. E nós estamos reiterando para saber se tinha mesada, quem recebia mesada, que Parlamentares recebiam mesada desse dinheiro do povo mais pobre do Brasil.

Então, isso é inaceitável, e nós vamos a fundo até que toda a verdade venha à tona, apesar de algumas decisões do STF fazendo com que alguns depoentes venham e fiquem calados, não falem nada, sabotando, boicotando uma autêntica, legítima Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem o objetivo de buscar a verdade aqui no Parlamento.

Então, Sr. Presidente, é muito importante que todo mundo saiba, principalmente quem paga imposto neste Brasil, o contribuinte que sua para pagar os impostos mais caros do mundo, que são os do Brasil, que o Governo Lula contratou por R\$200 mil, apenas para essa fase preliminar, o escritório de advocacia Gentiloni Silveri, especializado em processos de extradição, lá na Itália, para trazer de volta a Carla Zambelli. Lá na Argentina, tiveram a audácia de gastar US\$1 milhão para caçar brasileiros, que vivem como ratos nas ruas, também pedindo asilo naquele país; brasileiros que não tiveram o devido processo legal respeitado, o ordenamento jurídico do Brasil. São presos políticos, que estão vivendo todo tipo de provação naquele país. O Governo do Brasil, motivado pela vingança, pela revanche, pega o dinheiro do povo brasileiro para caçar – isso jamais aconteceu na história deste país –; caçar brasileiros.

Enquanto isso, o processo de cassação do mandato da Carla Zambelli tramita na Câmara. Alexandre de Moraes, nesse meio tempo, determina o bloqueio total de qualquer repasse financeiro pela Câmara ao seu gabinete, incluindo o salário da Deputada. Além da queda, o coice. Quer matar na míngua. É vingança, é caso pessoal.

E, para aumentar o nível de tortura – porque não tem outro nome que você possa falar; não tem



outro nome –, houve também o bloqueio de todas as contas bancárias do seu esposo, Coronel cearense Aginaldo, homem de bem, que trabalhou no Bope, que é reconhecido pelo trabalho sério de enfrentamento ao crime – Antônio Aginaldo de Oliveira. Com isso, ele está, inclusive, impedido de fazer o pagamento de pensão alimentícia devida aos filhos de seus casamentos anteriores. Tem os filhos que estão sem receber. Ele não está recebendo salário porque o Ministro Alexandre de Moraes, além de punir a Zambelli, quer punir todo mundo que está em volta da família. Não tem cabimento isso! O crime não se terceiriza, as penas não se terceirizam.

Essa não é a primeira vez que o Ministro Moraes comete esse tipo de crueldade. Ezequiel Ferreira foi condenado há 14 anos e vem cumprindo a injusta pena, mas, para aumentar a tortura, desde julho de 2024, sua esposa, que é funcionária pública, está com as suas contas bancárias bloqueadas. É uma caçada. Mas, para termos uma melhor ideia do estágio de perseguição política e principalmente da escandalosa incoerência do Governo Lula, vamos aqui lembrar do caso emblemático do terrorista Cesare Battisti. Ele foi condenado pela Justiça italiana pela prática de quatro homicídios, entre 1977 e 1979, quando integrava o grupo PAC (Proletários Armados pelo Comunismo). Chegou ao Brasil em 2004, com identidade falsa e tratado como refugiado político.

Em 2007 e 2009, seu processo de extradição foi julgado pelo STF. Olha só! Seu advogado de defesa quem foi? Quem adivinha quem foi? Foi o Luís Roberto Barroso, hoje Presidente do STF, que usou como base das suas argumentações a seguinte alegação, abro aspas: “Ao voltar para a Itália, havia um sério risco de Battisti sofrer perseguição política e violação de direitos humanos”, fecho aspas. Um terrorista que matou gente queimada, explosão, atentado.

Na época, o STF, por maioria, aprovou a extradição, mas delegou ao então Presidente Lula a responsabilidade, que simplesmente foi negada, mantendo o exílio de um terrorista no Brasil, protegendo esse terrorista no Brasil – e, é claro, quatro anos depois, Barroso foi premiado pelo PT com sua indicação ao STF.

Só que, em janeiro de 2019, com a derrota do PT nas eleições presidenciais, Cesare Battisti foge para a Bolívia, onde finalmente é preso e deportado para a Itália, com a ajuda do Governo Bolsonaro.

É a hora da retribuição, Sr. Presidente. Os países Brasil e Itália são irmãos, o sangue latino tem uma história bonita, inclusive com a federação, com a Força Expedicionária Brasileira, na libertação do mundo durante a guerra, quando os nossos pracinhas foram, lá na Itália, trabalhar pelo mundo de paz – e conseguiram, inclusive.

Então, é preciso enfatizar que a perseguição a Carla Zambelli é mais uma dentre tantas provocadas, principalmente, pelo Ministro Moraes, com as provas reveladas por fontes insuspeitas.

Então, o Senador Flávio ficou na Itália com o Senador Magno Malta, eu voltei com a Senadora Damares, 24 horas depois da visita. Passamos lá na Itália 24 horas e tivemos que voltar ao Brasil. Damares faz tratamento aqui, fez cirurgia, todo mundo sabe o que ela tem enfrentado, e eu fui solidário a ela, voltei com ela. Passamos mais tempo dentro do avião, em aeroportos, do que lá na Itália, mas demos um abraço na Carla, que está muito fragilizada, está praticamente sem dormir na prisão – barulho que é feito lá, você sabe, toda prisão tem seus problemas, tem seus donos ali, e ela é política, e naturalmente as pessoas não gostam de quem é político, e ela está sofrendo realmente muito nessa prisão política.

Acho que chegou a hora, pelo menos, de que o Governo italiano perceba essa escancarada perseguição, inclusive, hoje, ampliada pela Lei Magnitsky, à esposa do Ministro Moraes, mais uma prova robusta de que, no Brasil, não temos uma democracia. Está sendo vista... Porque não é uma coisa da cabeça do Trump...

(Soa a campanha.)



O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso é algo com muita robustez, com provas documentais, que passa por várias Comissões temáticas, para se considerar uma lei dessa, que só é dada para terrorista, para ditador, para criminoso global.

Espero que o Governo italiano, vendo todo esse movimento mundial, conceda à Carla Zambelli, pelo menos, que ela responda em liberdade. É isso o mínimo de retribuição que deveria ser feito.

Então, para me encaminhar para o fim, Sr. Presidente, é muito importante que, no Brasil, que a cada dia vai, infelizmente, se desmoralizando por essas e outras medidas da ditadura da toga aqui, com violações de direitos humanos, brasileiros sem defesa, a gente possa concluir o nosso trabalho no Senado fazendo, finalmente, um pedido de *impeachment* de um Ministro do Supremo. Está aí o superpedido, assinado por 41 Senadores da República. E eu queria que a Advocacia-Geral do Senado...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que o Presidente Davi Alcolumbre tivesse a mesma velocidade que teve para proibir a divulgação de onde o Careca do INSS andou aqui dentro, o que eu considero errado, tinha que ser transparente para a população, mas que tivesse a mesma velocidade para dar um parecer sobre o *impeachment* do Moraes, para que o Plenário, soberano, possa decidir.

Então, o principal responsável por todo esse caos institucional, por essa insegurança que nós temos no Brasil hoje, é a Casa revisora da República, que, mesmo diante de tanto abuso de autoridade, de tanto cometimento de ilegalidades, até hoje, não deu início a um – o que eu acho que teria um efeito pedagógico –, a um dos mais de 70 pedidos de *impeachment* que estão na gaveta da Presidência. Mas, felizmente, Sr. Presidente, no minuto que me falta...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a Câmara dos Deputados deu um passo muito importante na semana passada para a pacificação, a reconciliação nacional e a restauração do Estado democrático de direito, com a aprovação do regime de urgência para a tramitação da lei da anistia no Brasil. Foi uma vitória inquestionável, por 311 votos a favor e apenas 163 contra.

Eu fico preocupado, porque a gente vê o Aécio, junto com o Temer, falando – saíram notícias – que tiveram contato com Alexandre de Moraes, com Gilmar Mendes, que hoje se pronuncia, mais uma vez, politicamente sobre as manifestações de ontem, ou seja, sempre tem lado na história. Do 7 de setembro, não fala, mas das de ontem, fala. Então, eu fico preocupado com o que está por trás de tudo isso, mas nós vamos analisar o texto com muito cuidado. Se for justo, pode contar comigo.

Presidente, só para a última frase – se me permitir, não vou nem precisar do tempo final –, graças a Deus, impera sobre tudo e todos a justiça divina, que, além de amorosa, é perfeita. E eu encerro com este profundo pensamento deixado a nós por Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier, humanista, pacifista brasileiro, abro aspas: “Não devemos revidar qualquer ofensa, qualquer agressão... O tempo passa. Todos estamos na terra para aprender – aprender com os nossos próprios erros. O que façamos de mal a alguém é sentença lavrada contra nós mesmos”. Fecho aspas. E digo que também o bem que nós fazemos a alguém é o nosso advogado durante toda a vida. Essa frase também é do Chico Xavier, não é minha.

Deus abençoe a nossa nação, que tenhamos uma semana produtiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Parabéns ao Senador Girão pelo seu pronunciamento.

Vamos continuar passando a palavra para o Senador Sergio Moro, do União Brasil do Estado do



Paraná.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Boa tarde a todos e Presidente Senador Confúcio.

Eu vou ser mais breve nas minhas ponderações aqui. Uma reflexão sobre toda essa movimentação em torno da PEC da blindagem.

Eu, desde o primeiro momento, me manifestei contrário ao texto que veio da Câmara. Inclusive a minha esposa, a Deputada Federal Rosângela Moro, na Câmara, votou contra esse projeto. E, no fundo, o que eu sempre disse é que é um remédio errado para um problema real.

Existe, de fato, um desrespeito crescente à imunidade material dos Parlamentares, aquela imunidade que protege o Parlamentar por seus votos, por suas palavras e por sua opinião. Essa é uma garantia fundamental não do Parlamentar, mas de quem ele representa, porque ele precisa ter a liberdade de vir aqui na tribuna ou a liberdade de, quando no exercício da sua função Parlamentar, poder dizer o que ele pensa. Poder, inclusive, fomentar o debate público, e ao fomentar o debate público, ele pode ser veemente e pode, eventualmente, incluir críticas acirradas a autoridades e instituições.

Todos da Casa que me conhecem, não sou um Parlamentar dado a ofensas, dado a bravatas, mas o debate público tem que ser preservado. E o Parlamentar fala em nome dos representados, ele não pode subir aqui na tribuna numa camisa de força e com risco de ser processado se eventualmente fizer críticas ou emitir palavras mais ácidas direcionadas a outras autoridades ou instituições.

Então, nesse contexto, nós pensarmos em garantias procedimentais maiores aos Parlamentares por – entre aspas – “crimes de opinião”, por exemplo, crimes contra a honra ou qualquer espécie de criminalização da palavra do Parlamentar, é algo razoável. Até porque, como ela não tem sido respeitada de fato, a imunidade é material, a garantia procedimental acaba sendo, muitas vezes, um remédio necessário.

Agora, jamais... E aqui eu digo: jamais podemos aceitar estender alguma espécie de garantia ou proteção maior em relação aos crimes comuns, em relação ao desvio de dinheiro público, em relação ao crime de suborno, de corrupção, peculato, todos os crimes contra a administração pública.

Ademais, temos que estar preocupados hoje porque vemos o crescimento, no nosso país, do crime organizado, as organizações criminosas se infiltrando cada vez mais no domínio econômico e, igualmente, não estão totalmente protegidas as nossas instituições. Podemos ter, sim, integrantes do crime organizado postulando mandatos, postulando cargos públicos, e precisa haver uma proteção, um muro entre o mundo do crime e o mundo da política. Daí por que é um contrassenso nesse cenário se pensar em alterar o regime atual da Constituição, em criar mecanismos que, na prática, possam representar a impunidade, que possam representar até mesmo a inviabilização de começar a fazer investigações contra Parlamentares.

Então, a minha posição em relação a essa PEC, a PEC 3, a chamada PEC da blindagem, é muito clara. Com o texto atual, na forma como se encontra, jamais poderia votar a favor.

O que nós vemos é um enfraquecimento, nos últimos anos, desde a época da Lava Jato, do combate à corrupção neste país.

Podemos destacar aqui mudanças legislativas que foram negativas, como a nova Lei de Abuso de Autoridade; a reforma da Lei de Improbidade Administrativa, que foi excessiva; a revisão da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a prisão em segunda instância; e até mesmo a inserção no pacote anticrime, projeto de lei que apresentei ao Congresso, de algumas medidas que não eram positivas, não foram positivas para o combate à criminalidade. É claro que esse pacote teve várias medidas positivas, mas algumas mudanças, infelizmente, feitas na época da tramitação, por incompreensão, acabaram sendo negativas.

Não podemos dar um passo além e, ainda mais através de uma PEC, de uma emenda constitucional, colocar na Constituição mecanismos procedimentais que, na prática, inviabilizem que um Parlamentar seja



investigado por crimes comuns, por crimes como corrupção, pertinência a organização criminosa, tráfico de drogas, crimes violentos, qualquer espécie de crime. O Parlamentar tem que exercer o seu mandato com tranquilidade, mas ele não pode ser colocado aí acima da lei.

Agora, não vejo desarrazoado, Senador Confúcio, que pensemos em garantias procedimentais para imunidade material, e aqui em relação a imputações específicas, como, por exemplo, imputações de crimes contra a honra, porque, aí, sim, proteger o Parlamentar contra o desrespeito à imunidade material é algo que se justifica.

Vamos pensar em soluções, se é possível aproveitar essa PEC para, eventualmente, fazer alterações profundas que deixem claro um duplo padrão: vedar, sim, a criminalização da opinião do Parlamentar, mas jamais abrir uma porta para a impunidade para crimes comuns. Talvez essa seja uma solução equilibrada que, de alguma maneira, proteja o exercício da atividade parlamentar neste momento em que, no mundo inteiro – vamos falar a verdade –, há um certo esvaziamento, há uma certa restrição excessiva das liberdades fundamentais – essas liberdades fundamentais são essenciais à democracia –, mas, ao mesmo tempo, sem enfraquecer nem por um milímetro o combate ao crime e sem fortalecer, portanto, qualquer proteção em relação a crimes de outra natureza, crimes comuns, como corrupção, lavagem de dinheiro ou tráfico de drogas. Para esses, o regime que temos na atual Constituição, no texto constitucional atual, a meu ver, já é suficiente.

Não podemos aqui ignorar a história de casos tristes na vida parlamentar do Brasil, na qual pessoas inescrupulosas abusaram dos poderes do seu mandato para delinquir. Triste memória de Hildebrando Pascoal, que na verdade era o chefe de uma organização criminosa. Triste memória de João Alves, do escândalo dos “anões de orçamento”, que transformou o Orçamento público, na verdade, em uma fonte de riqueza privada, para ele e para os seus cúmplices na época. E, para ficar num exemplo mais recente, o Deputado Federal José Dirceu, condenado no mensalão por corromper o Parlamento para que apoiasse projetos do Governo Federal.

Agora, acompanhei os protestos, na data de ontem, contra a PEC da blindagem. Respeito, evidentemente, esses protestos, essas manifestações, mas não posso deixar de notar aqui que, entre os apoiadores, entre as pessoas que protestavam, estavam muitos apoiadores do atual Governo Lula, o que é uma contradição, uma grande contradição, já que se trata de um Governo que já foi maculado nos mandatos passados pelo escândalo do mensalão, aqui mencionado, que já foi maculado igualmente pelo saque realizado à Petrobras, o assim chamado petrolão, e que igualmente, neste mandato, é maculado pelo roubo aos aposentados e pensionistas do INSS, que está sendo objeto da CPMI do INSS. Como já foi amplamente divulgado, há suspeitas fundadas de que altos funcionários do INSS, nomeados pela atual gestão, pelo Governo Lula, teriam recebido suborno de associações beneficiadas por esses descontos fraudulentos.

Então, é necessário aqui concordar, sim, com o repúdio à PEC da blindagem na forma como se encontra, mas ressaltar que a contradição acaba enfraquecendo o discurso dos protestos de ontem.

Ainda assim, aqui, nesta Casa, já ficou claro que não há maioria, ou que há já maioria para que a PEC seja rejeitada com o texto com que ela se encontra. Vamos ver se é possível salvá-la, desde que não se abra qualquer espaço para o avanço da impunidade em relação a crimes comuns. Há dúvidas sobre se isso pode ser possível, vamos acompanhar os próximos dias. Mas há o compromisso, sim, deste Senador de votar contra a PEC da forma como ela se encontra, assim como já votou a minha esposa, a Deputada Federal Rosângela Moro, durante a tramitação na Câmara.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Sergio Moro, V. Exa. poderia ocupar aqui a Presidência, por um tempinho curto?



O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Senador, eu só preciso pedir licença um minutinho, porque eu preciso me inscrever na CPMI do INSS. Se eu não me inscrever, eu...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor pode ir tranquilo. Está bem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – É que é às 15h, mas eu volto em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fique à vontade, fique tranquilo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Volto em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bem, não tendo, assim, mais oradores inscritos...

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira: sessão de premiações e condecorações, às 10h, destinada ao Conselho do Prêmio Trânsito Seguro – Gesto Redobrado para o Futuro; e sessão deliberativa ordinária, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência...

Só um momentinho. (*Pausa.*)

Antes de fazer o encerramento, vou fazer uma breve comunicação sobre dois temas importantes.

Estamos vendo as discussões acontecendo no Congresso Nacional, temas que realmente são muito mais de interesse personalístico dos Parlamentares do que do interesse público. E nós temos que, neste momento em que vamos iniciar em outubro o debate sobre o Orçamento, entender o orçamento público como um grande projeto de planejamento do Brasil. O Orçamento é uma pauta, é uma peça de planejamento, de planejamento de futuro. Então, é fundamental que a gente coloque nesse Orçamento temas importantíssimos para o Brasil, como o são a educação e a saúde. Fundamentalmente, esses dois temas são importantes.

Nós não podemos observar a saúde com essas filas intermináveis, acumuladas ao longo de muitos anos, depois da pandemia. Tem pacientes aguardando com tumores por muitos anos, desde 2021, 2020, e a sua saúde ameaçada, e, até hoje, sem a cirurgia, embora estejamos vendo agora, no Governo Lula e no Ministro Padilha, um esforço grandioso de descentralização de recursos para os municípios poderem atender e acabar com essas filas intermináveis de cirurgias eletivas.

Muito bem, mas nós temos também que colocar a educação, porque, se nós não colocarmos a educação nas prioridades do Brasil, nós não vamos obter desenvolvimento sustentável, nós não vamos obter crescimento econômico, nós não vamos combater a desigualdade social. A gente só consegue combater desigualdade social com escola boa, escola de qualidade, fazendo com que as crianças mais pobres possam também sair do buraco. A ignorância é um buraco fundo. Enquanto você não estuda, você fica lá dentro desse buraco – pode até respirar, mas você não põe o rosto de fora. Você só coloca o rosto de fora do buraco quando você vai subir nos degraus da educação e do conhecimento.

Então, é fundamental a nossa peça orçamentária contemplar as creches, contemplar realmente essa universalização das creches, a alfabetização na idade certa, a melhoria das escolas em qualquer que seja a região do Brasil, principalmente as Regiões Norte e Nordeste brasileiras. Precisa-se realmente de uma atenção muito especial.

Então, eu conclamo a todo o Parlamento. Eu sei que tem temas palpantes, interessantes, ideológicos, que mexem com as emoções dos Parlamentares, e termina que essas emoções ultrapassam a razão e a necessidade do povo brasileiro.



Então, nós estamos aqui para realmente fazer esse pedido, esse clamor público, para que o orçamento seja realmente uma peça interessante de prosperidade, de equilíbrio para o nosso país.

Na área da saúde, nós temos que priorizar a atenção básica de saúde, o posto de saúde, a unidade básica de saúde, os agentes comunitários de saúde, porque eles é que saem de porta em porta, eles sabem onde está a grávida, os agentes comunitários sabem onde mora o hipertenso e o diabético, então eles conduzem esse paciente, esse portador de doença crônica à unidade básica de saúde para avaliar.

Se a gente não cuidar do ambulatório, que é barato, da atenção básica para as crianças, para os idosos, para as gestantes, as coisas vão piorando. O hipertenso não tratado – e tem muita gente no Brasil que não sabe que tem hipertensão, e muitas vezes hipertensão grave – é um paciente que poderá encaminhar para um derrame, que é um acidente vascular cerebral debilitante; e a pessoa fica inválida para o trabalho devido a um acidente vascular cerebral que pode ser evitado através da prevenção, da aferição da pressão arterial, da medicação correta e dos cuidados alimentares e do exercício físico. Isso é indispensável.

Então, esse gasto, esse investimento... Não vou falar a palavra gasto aqui; esse investimento em atenção básica de saúde é fundamental. Até mesmo você vai evitar que um paciente portador de diabetes seja amputado, você vai evitar que um paciente com diabetes fique cego, você vai evitar que um paciente com diabetes fique com insuficiência renal e depois vá para a hemodiálise e para o transplante. Então, é no ambulatório, é na unidade básica de saúde que a gente resolve tudo isso, cuidando preventiva e preliminarmente.

Eu quero aqui fazer um apelo ao povo brasileiro para cuidar da vacinação dos filhos e dos idosos também, de todos os adultos, porque houve uma campanha muito nefasta do Brasil recentemente de falar que a vacina é prejudicial à saúde. Eu sou um médico e, quando cheguei a Rondônia, lá na cidade de Ariquemes, eu ainda peguei, no início da minha profissão, muitas crianças com paralisia infantil, que hoje estão aí com 45, 50 anos, inválidos, deficientes físicos, por causa da paralisia infantil. Depois que nós começamos a vacinar massivamente no Brasil com a gotinha salvadora, a vacina Sabin, nós erradicamos a paralisia infantil; erradicamos o sarampo e muita coisa mais, como a febre amarela. A vacina é um medicamento necessário para prevenir doenças graves. A vacina é necessária, a vacina vem da pesquisa científica; a vacina não é invenção de um médico isolado, não.

Eu até admiro muito – admiro muito – ao ver alguns médicos falar uma besteira desta: por causa da ideologia, falar que vacina realmente faz mal. A vacina tem alguns efeitos colaterais mínimos, previsíveis – estão na bula da medicação. Você sabe que pode dar uma febrícula, dar um mal-estar passageiro, mas ela é necessária.

Eu sou médico da velha-guarda, jamais eu vou aconselhar alguém a não se vacinar. Então, é por isso que eu valorizo a atenção básica de saúde, a prevenção. Se eu voltasse no tempo e fosse estudar medicina de novo, eu me dedicaria a ser um médico especializado em prevenção de doenças. Eu mandaria os velhos comerem direito, menos sal, menos gordura; eu mandaria os adultos fazerem mais exercício físico, fazerem caminhadas diárias e musculação. Isso eu acredito que seja o melhor remédio do mundo.

Eu evitaria muito antibiótico, como eu mesmo receitei muitos antibióticos na minha vida, que hoje eu não receitaria mais, porque antibiótico demais, além dos efeitos colaterais, produz a resistência. Hoje, por exemplo, você observa quantos antibióticos você pode tomar, rios de antibióticos que não curam uma pneumonia. É fundamental que a gente realmente tenha cuidados com a prescrição de antibióticos. Virou uma mania: você não sai do consultório médico sem uma receita médica para gastar dinheiro em farmácia. É por isso que você vê: em cada esquina tem uma farmácia, tem mais farmácia que boteco, em tudo que é canto, porque o médico hoje aprendeu a receitar tudo. Você não sai de uma consulta médica sem um pacote de vitaminas, sem remédios, sem antibióticos, sem anti-inflamatórios, com mil e uma coisas. Você



tenta curar uma coisa, e vem a outra, os efeitos colaterais da doença. Muitos anti-inflamatórios provocam gastrite, úlceras. A gente não pode ficar tomando esse excesso de remédio, como tem isso.

Então, se eu voltasse no tempo, eu não prescreveria tanta baboseira, como eu mesmo fiz no passado, e ainda hoje é crasso, é lugar comum todo mundo ir ao médico, sair com a mão cheia de receita e sair com a farmácia, muitas vezes, parcelando aquela receita cara em dois, três, quatro, cinco parcelas para poder pagar aquela conta horrorosa.

Então, chegou o momento aqui, no Congresso Nacional, de a gente colocar na pauta assuntos de interesse do povo, interesse público, coisas que parecem banais, mas essenciais.

Como é que hoje você vai aceitar uma mulher morrer de eclâmpsia? Como é que você vai hoje... com os ambulatórios decentes, não deixam uma mulher ter hipertensão arterial na gravidez. Cuidam dela direitinho, para que tenha um parto tranquilo, normal ou não, mas sem as complicações, normalmente, de um parto da moda do século XIX. As mulheres morriam, grande parte, de trabalho de parto e por complicações como eclâmpsia, hipertensão na gravidez, e as crianças também.

Então, por isso que eu falo: nós temos que colocar o orçamento, e esse é o momento histórico, pensando numa peça fundamental de planejamento para o bem do povo brasileiro, focada na educação como poderoso instrumento de desenvolvimento econômico e social e combate à desigualdade e oportunidades. E na saúde pública, fundamentalmente na medicina, na atenção básica da saúde, que é barata.

Hoje não, todo mundo quer. Você recebe no gabinete as visitas dos Prefeitos querendo instrumentos caros: ressonância magnética em cidades pequenas; tomografia em cidades onde não tem radiologista; raio-X de amplo espectro, onde não tem um técnico para fazer o raio-X corretamente.

Então, nós precisamos do arroz com feijão, do básico, do fundamental, do indispensável para tirar realmente o Brasil desse adoecimento epidêmico e endêmico que nós temos ao longo da história.

Assim eu resumo o meu pronunciamento focando isso, chamando a atenção para isto: orçamento é coisa séria. Orçamento deve ser levado com rigor e pensamento futuro. Assim nós podemos crescer no Brasil de uma maneira equilibrada.

Dessa forma, não tendo mais nada a tratar e cumprida a finalidade da sessão, esta Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

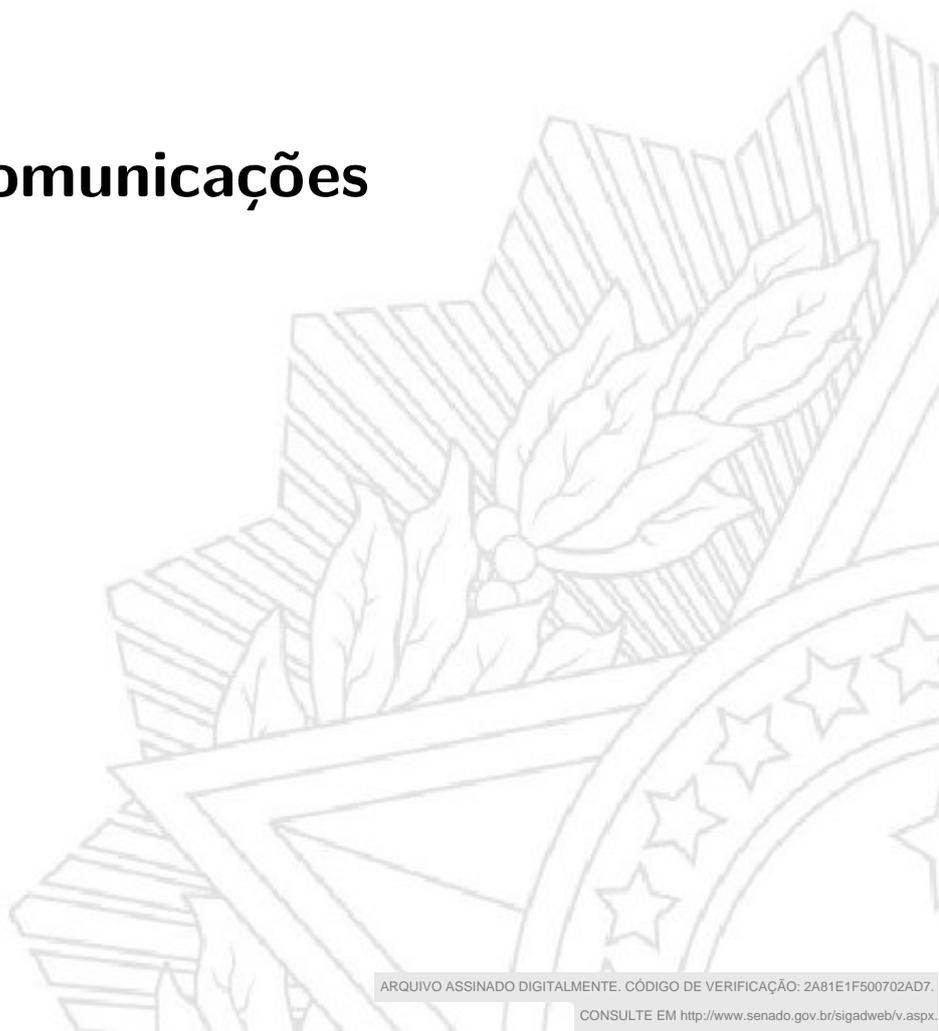
(Levanta-se a sessão às 15 horas e 09 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Damares Alves

SF/25016.16050-17

Ofício nº 410/2025 - GSDALVES

Brasília, 19 de setembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Senado Federal
Brasília/DF

Assunto: **Comunicação de ausência do País.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que, em conformidade com o art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, estarei ausente do País no período de **18/09/2025 a 20/09/2025.**

Respeitosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Damaris Alves', written over a faint circular stamp.

Senadora DAMARES ALVES
Republicanos / DF





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

SF/25097.87783-08 (LexEdit)

Ofício nº 0232/2025

Brasília, 22 de setembro de 2025

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 25/09/2025 a 28/09/2025, em Miami, Estados Unidos da América.

Atenciosamente,

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3753655841>





SENADO FEDERAL
Gabinete da Sen. Eliziane Gama

Ofício nº. 086/2025/GSEGAMA

Brasília, 22 de setembro de 2025

Excelentíssimo Senhor

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Senado Federal

Assunto: **Substituição de membro na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática solicita a seguinte substituição na **Comissão de Constituição e Justiça – CCJ**:

Senador **Cid Gomes** (PSB/CE), **como titular**, em substituição ao Senador **Flávio Arns** (PSB/PR).

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
PSD/MA
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II - Térreo – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6741



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4904271896>

Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4696, DE 2025

Altera o art. 15 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para restringir a aplicação da desistência voluntária e do arrependimento eficaz nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4696/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25849.18126-63

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera o art. 15 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para restringir a aplicação da desistência voluntária e do arrependimento eficaz nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 15 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 15. Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

Parágrafo único. Havendo violência ou grave ameaça, não se aplica o *caput* na hipótese de causação de perigo à vida da vítima.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem como objetivo restringir a aplicação dos institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz, previstos no art. 15 do Código Penal, quando há risco à vida da vítima, nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça.

A manutenção desses benefícios penais em situações de extrema gravidade, como nas tentativas de feminicídio, representa uma distorção da finalidade dos referidos institutos, os quais foram concebidos para estimular a



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5398820450>

Avulso do PL 4696/2025 [2 de 4]



não consumação do delito em contextos de menor ofensividade. No entanto, quando o agente já iniciou uma conduta violenta, colocando em risco a vida, não há espaço legítimo para que se beneficie de mecanismos que atenuem sua responsabilidade penal.

A desistência voluntária e o arrependimento eficaz pressupõem que o agente interrompa a execução ou impeça o resultado por vontade própria, antes da consumação. Mas em crimes como o feminicídio tentado, essa interrupção ocorre após a vítima já ter sido submetida a uma situação de terror, dor e risco iminente de morte.

É o caso, por exemplo, do agressor que invade a casa da ex-companheira com a intenção de matá-la, desfere golpes com arma branca ou fogo, e apenas depois, por medo ou hesitação, abandona a empreitada. Ainda que o resultado morte não se concretize, a conduta já ultrapassou os limites da tentativa e causou danos irreversíveis à vítima. Permitir que esse agente se beneficie é ignorar o sofrimento causado e enfraquecer a resposta penal diante da violência de gênero.

A política criminal moderna deve ser orientada pela proteção da dignidade humana, pela proporcionalidade na aplicação da pena e pela valorização da experiência da vítima. Não é admissível que o sistema jurídico trate com leniência aqueles que, mesmo sem consumir o resultado final, perpetuam ciclos de violência.

Desse modo, conclamamos os nobres Pares à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5398820450>

Avulso do PL 4696/2025 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art15

Avulso do PL 4696/2025 [4 de 4]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 684, DE 2025

Requer voto de aplauso ao Sr. Caio Oliveira de Sena Bonfim, pela conquista da medalha de ouro no Campeonato Mundial de Atletismo, na prova da Marcha Atlética.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 684/2025 [1 de 3]



RQS
00684/2025

SF/25787.89949-52 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso **Caio** Oliveira de Sena **Bonfim**, pela conquista da medalha de **ouro no Campeonato Mundial de Atletismo**, na prova da **Marcha Atlética**, segunda medalha conquistada nesse Mundial e junto com as duas conquistadas nos mundiais de Budapeste (2023) e Londres (2017) que **consagra essa atleta natural do Distrito Federal** o atleta brasileiro mais bem sucedido em Mundiais e junto com quatro medalhas em pan-americanos, inscreve seu nome no conjunto de maiores atletas brasileiros.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

O Atleta, também, faz parte do Programa de Atleta de Desempenho na Força Aérea Brasileira

JUSTIFICAÇÃO

É com imenso orgulho que apresento este voto de aplauso ao atleta **Caio Bonfim**, natural de Sobradinho, Distrito Federal, que, na última sexta-feira, **19 de setembro de 2025**, conquistou a medalha de **ouro no Campeonato Mundial de Atletismo**, na prova da **Marcha Atlética**.

A trajetória de Caio Bonfim é marcada por dedicação, disciplina e amor pelo esporte. Desde muito jovem, orientado por sua família — com destaque



para sua mãe, Gianetti Sena Bonfim, e seu pai, João Bonfim, ambos envolvidos no atletismo — ele trilhou um caminho de esforço e superação, transformando talento em resultados extraordinários.

Ao longo de sua carreira, Caio se tornou **o maior medalhista brasileiro em Campeonatos Mundiais**, consolidando-se como referência na marcha atlética, elevando o nome do Brasil no cenário internacional e inspirando gerações de atletas em todo o país. Sua conquista não representa apenas um feito pessoal, mas também evidencia o potencial esportivo do Distrito Federal, região que o formou e o acompanhou desde os primeiros passos na modalidade.

Diante de seu histórico exemplar, de sua dedicação contínua e de suas conquistas internacionais, considero justo e merecido registrar este **voto de aplauso ao atleta Caio Bonfim**, como reconhecimento de sua contribuição para o esporte brasileiro e para o orgulho de toda a nação.

Que este gesto do Senado Federal sirva de estímulo para que cada vez mais jovens do nosso país busquem o caminho da disciplina, da superação e da excelência, inspirados por exemplos como o de Caio Bonfim.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2025.

Senadora Leila Barros
(PDT - DF)
Senadora



Apresentado o Requerimento nº 684, de 2025, da Senadora Leila Barros, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Sr. Caio Oliveira de Sena Bonfim, pela conquista da medalha de ouro no Campeonato Mundial de Atletismo, na prova da Marcha Atlética.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 685, DE 2025

Requer voto de congratulações ao Sr. Caio Oliveira de Sena Bonfim, pela brilhante conquista das medalhas de ouro e de prata na marcha atlética no Mundial de Atletismo, em Tóquio.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 685/2025 [1 de 3]



RQS
00685/2025SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/255598.62990-09 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de congratulações a Caio Bonfim, pela brilhante conquista das medalhas de prata e ouro na marcha atlética no Mundial de Atletismo, em Tóquio.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Caio Bonfim, da cidade de Sobradinho, Distrito Federal, brilhou no Mundial de Atletismo, em Tóquio, voltando ao Brasil com duas medalhas na marcha atlética: prata, nos 35 quilômetros, e ouro, nos 20 quilômetros.

Caio Bonfim é o campeão mundial dos 20 km da marcha atlética tendo vencido a prova com o tempo de 1:18:35, seguido pelo chinês Zhaozhao Wang (1:18:43) e pelo espanhol Paul McGrath (1:18:45). Matheus Corrêa (AABLU-SC) terminou a prova em 17º (1:21:04) e Max Batista, em 42º (1:27:34).

A conquista transformou o atleta no maior medalhista do país em mundiais. São quatro medalhas em oito edições disputadas: bronze em Londres-2017 e Budapeste-2023 no 20 km, e a prata nos 35 km conquistada no primeiro dia do Mundial (12/9).

Avulso do RQS 685/2025 [2 de 3]



Deste modo apresentamos o presente voto de sinceras congratulações ao Caio Bonfim pelos merecidos pódios que são reflexos de seus árduos e incansáveis treinos cujos frutos têm sido colhidos com honra.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador



Apresentado o Requerimento nº 685, de 2025, do Senador Izalci Lucas, *solicitando o envio de voto de congratulações ao Sr. Caio Oliveira de Sena Bonfim, pela brilhante conquista das medalhas de ouro e de prata na marcha atlética no Mundial de Atletismo, em Tóquio.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 686, DE 2025

Requer informações ao Senhor Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre as ações planejadas e a serem promovidas em alusão ao Dia Nacional de Valorização da Família, em 21 de outubro, bem como sobre a execução de políticas públicas atreladas às atribuições regimentais do Ministério para o tema.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 686/2025 [1 de 6]



RQS
00686/2025



SENADO FEDERAL

SF/25249.86535-60 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações relativas a ações planejadas e a serem promovidas em alusão ao Dia Nacional de Valorização da Família, em 21 de outubro, bem como sobre a execução de políticas públicas atreladas às atribuições regimentais do Ministério para o tema.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações relativas a ações planejadas e a serem promovidas em alusão ao Dia Nacional de Valorização da Família, em 21 de outubro, bem como sobre a execução de políticas públicas atreladas às atribuições regimentais do Ministério para o tema.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais são os programas, projetos e campanhas específicas que estão sendo planejados por esta Pasta em alusão ao Dia Nacional de Valorização da Família (21 de outubro)?

Avulso do RQS 686/2025 [2 de 6]



2. Quais parcerias este Ministério estabeleceu ou planeja estabelecer com entidades da sociedade civil, setor privado e outros órgãos governamentais para a realização de campanhas e projetos de conscientização em alusão à data?

3. Existe previsão orçamentária específica para as ações a serem desenvolvidas em alusão à data para o ano corrente? Em caso afirmativo, detalhar os valores, as fontes dos recursos e a sua aplicação.

4. O Ministério deu continuidade às seguintes iniciativas do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como a Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares, o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família, o Programa Famílias Fortes, o Projeto Reconecte e o Programa Município Amigo da Família? Em caso positivo, apresentar planejamento estratégico com metas estabelecidas e atingidas entre 2023 até o primeiro semestre de 2025.

5. O Ministério tem mantido ou planeja oferecer cursos e formações voltadas ao fortalecimento dos núcleos familiares, a exemplo do curso "Casar é Legal"? Em caso afirmativo, solicito o envio do conteúdo e/ou material didático utilizado.

6. Como o Ministério tem articulado as políticas de cuidados e família com outras políticas setoriais (educação, assistência social, proteção de crianças e adolescentes, etc.) para garantir a prevenção de fatores de risco como violência doméstica e uso de substâncias, seguindo o enfoque que fortalecer vínculos familiares tem repercussão preventiva?

7. Qual o valor de aporte previsto em emendas parlamentares (OGU 2024 e 2025) e para quais políticas, programas e projetos desta Pasta serão executados na área de família?



8. Quais explicações o Ministério apresenta sobre a execução orçamentária destinada a políticas públicas de proteção da família em 2024, caso haja discrepância com o valor previsto?

9. De que forma e quais as metas estabelecidas e já executadas para a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família exercer suas competências regimentais para:

a. Propor e adotar estratégias intersetoriais e de pactuação federativa para a instituição da Política Nacional de Cuidados?

b. Atuar no âmbito das políticas socioeconômicas setoriais, com vistas à integração de políticas para o atendimento das demandas de cuidados e proteção social das famílias?

c. Promover o intercâmbio de experiências com outros países, em particular a Cooperação Sul-Sul, no âmbito das políticas e sistemas de cuidado?

10. Quais parcerias a Secretaria estabeleceu com a sociedade civil organizada para apoio à implantação de suas competências nos estados e municípios? Enviar relação contendo, minimamente, o nome da entidade, CNPJ, cidade/UF, tipo de instrumento de parceria firmado, orçamento previsto, fonte orçamentária, objetivo da parceria, público estimado e etapa de execução.

11. Existem processos de capacitação de gestores ou de profissionais da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ou de outros órgãos nos Estados e Municípios para fortalecer a execução das políticas, projetos e programas sob a responsabilidade da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família? Em caso afirmativo, enviar o conteúdo programático e material didático utilizado.

12. Considerando a importância da continuidade de políticas públicas, principalmente as experiências exitosas, quais das iniciativas promovidas pela gestão anterior na área de família estão sendo mantidas, descontinuadas ou reformuladas? Destacar, se possível, a situação de programas como o Programa



Famílias Fortes, o Programa Município Amigo da Família e a Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares.

13. Quais medidas estão sendo adotadas para fiscalizar o cumprimento e garantir a efetividade de programas voltados à proteção da família, incluindo os de combate à gravidez na adolescência, cursos de preparação familiar e ações de conscientização?

14. Como está planejada a utilização dos recursos orçamentários previstos para esta Pasta para o ano de 2025, destinados à proteção e promoção dos direitos da família?

JUSTIFICAÇÃO

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, conforme o art. 226 da Constituição Federal. O Dia Nacional de Valorização da Família celebra essa importância e a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir seu desenvolvimento e proteção. A data, no entanto, transcende a celebração, servindo como um marco para reafirmar a prioridade da família na agenda nacional.

De 2019 a 2022, o Governo Federal inaugurou na estrutura do poder executivo um órgão visando cumprir de forma efetiva o previsto na Carta Magna. No período, embora nascendo sem orçamento próprio no primeiro ano em fundação do PPA que findava em 2019, foram investidos milhões em ações pelas famílias do Brasil, todas tecnicamente fundamentadas e experimentadas de modo exitoso em vários outros países, além de ter coordenado ações intersetoriais e com a sociedade civil.

Essas políticas tiveram como objetivos principais o fortalecimento, equilíbrio e a reconexão dos núcleos familiares, bem como a prevenção de fatores de risco como violência doméstica, uso de substâncias e isolamento. Programas como a Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares,



o Programa Famílias Fortes e o Programa Município Amigo da Família foram desenvolvidos para promover laços mais saudáveis. A experiência demonstra que o fortalecimento dos vínculos familiares tem uma repercussão preventiva significativa, contribuindo para a melhoria da saúde mental, a redução da violência doméstica e a proteção contra o uso de drogas.

Contudo, o alcance e sustentabilidade dessas ações ainda é limitado em muitos municípios, que não possuem políticas familiares formalizadas, o que reforça a necessidade de atuação contínua e estratégica por parte do Governo Federal.

Voltando ao cenário internacional, diversas nações têm investido com sucesso em políticas de fortalecimento familiar. Países como Polônia, Hungria, Finlândia, Alemanha, Portugal e Espanha, além dos Estados Unidos, implementaram políticas de benefícios fiscais, licença parental generosa e programas de apoio à parentalidade. Essas ações demonstram que o investimento público na família é uma estratégia eficaz para o desenvolvimento social e a redução de vulnerabilidades.

A solicitação de informações, portanto, visa resguardar e, acima de tudo, contribuir para a concreta e prioritária garantia dos direitos de nossas famílias, em conformidade com o mandamento constitucional e legal.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2025.

Senadora Damares Alves



Término de Prazo



Encerrou-se em 19 de setembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 6.122 de 2023.

Não foi apresentado recurso.

A matéria, aprovada terminativamente pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, vai à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
MDB - Pedro Chaves* (S)
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PP - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25 MDB-12 / UNIÃO-6 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira	MDB / SE
Carlos Viana	PODEMOS / MG
Confúcio Moura	MDB / RO
Davi Alcolumbre	UNIÃO / AP
Eduardo Braga	MDB / AM
Efraim Filho	UNIÃO / PB
Fernando Dueire	MDB / PE
Fernando Farias	MDB / AL
Giordano	MDB / SP
Ivete da Silveira	MDB / SC
Jader Barbalho	MDB / PA
Jayme Campos	UNIÃO / MT
Marcelo Castro	MDB / PI
Marcos do Val	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães	PSDB / PR
Pedro Chaves	MDB / GO
Plínio Valério	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra	UNIÃO / TO
Renan Calheiros	MDB / AL
Sergio Moro	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke	PODEMOS / MS
Styverson Valentim	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo	MDB / PB
Zequinha Marinho	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 16 PSD-12 / PSB-4

Angelo Coronel	PSD / BA
Chico Rodrigues	PSB / RR
Cid Gomes	PSB / CE
Eliziane Gama	PSD / MA
Flávio Arns	PSB / PR
Irajá	PSD / TO
Jorge Kajuru	PSB / GO
Jussara Lima	PSD / PI
Lucas Barreto	PSD / AP
Mara Gabrilli	PSD / SP
Nelsinho Trad	PSD / MS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Rodrigo Pacheco	PSD / MG
Sérgio Petecão	PSD / AC
Zenaide Maia	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16 PL-15 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes	PL / SP
Carlos Portinho	PL / RJ
Dra. Eudócia	PL / AL
Eduardo Girão	NOVO / CE
Eduardo Gomes	PL / TO
Flávio Bolsonaro	PL / RJ
Izalci Lucas	PL / DF
Jaime Bagattoli	PL / RO
Jorge Seif	PL / SC
Magno Malta	PL / ES
Marcio Bittar	PL / AC

Marcos Rogério	PL / RO
Rogério Marinho	PL / RN
Romário	PL / RJ
Wellington Fagundes	PL / MT
Wilder Moraes	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 12 PP-8 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira	PP / PI
Cleitinho	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro	PP / PB
Dr. Hiran	PP / RR
Esperidião Amin	PP / SC
Hamilton Mourão	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira	PP / SE
Luis Carlos Heinze	PP / RS
Margareth Buzetti	PP / MT
Mecias de Jesus	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12 PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato	PDT / MA
Augusta Brito	PT / CE
Beto Faro	PT / PA
Fabiano Contarato	PT / ES
Humberto Costa	PT / PE
Jaques Wagner	PT / BA
Leila Barros	PDT / DF
Paulo Paim	PT / RS
Randolfe Rodrigues	PT / AP
Rogério Carvalho	PT / SE
Teresa Leitão	PT / PE
Weverton	PDT / MA

Bloco Parlamentar Democracia	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	16
Bloco Parlamentar Vanguarda	16
Bloco Parlamentar Aliança	12
Bloco Parlamentar Pelo Brasil	12
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Pedro Chaves* (MDB-GO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Damara Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-RJ)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PP-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do MDB - 12 Eduardo Braga (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Giordano (86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do UNIÃO - 6 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 12 Omar Aziz (13,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68)</p> <p>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p style="text-align: center;">Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (60,96,97)</p> <p>Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100)</p> <p>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (35,64,99)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 8 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (6,58)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria</p> <p style="text-align: center;">Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>
<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p style="text-align: center;">Bancada Feminina</p> <p style="text-align: center;">Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p style="text-align: center;">Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97)</p> <p>Vice-Líderes Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100) Leila Barros (79)</p>
<p style="text-align: center;">Oposição</p> <p style="text-align: center;">Líder Rogério Marinho - PL (50,70)</p>		



Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		
--------------------------------------	--	--

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Wevertton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, a Senadora Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLD/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLD/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais vice-líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA**

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

Leitura: 22/04/2025

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).

2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

Finalidade: Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽³⁾

Instalação: 07/08/2025

Prazo final: 06/10/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

Notas:

- Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
- Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
- Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira

Telefone(s): 3303-3517



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 17/06/2025



3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,14)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,20,21,22)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrielli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLIID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

Notas:

- Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
- Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
- Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
- Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
- Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ^(4,27)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,31)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,22)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Conatarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,16)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,15)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecção, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLIID/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,10)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,17)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,24)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeru as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabriilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabriilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabriilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).

2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabriilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes**Instalação:** 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,19)
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁴⁾	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁷⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
VAGO ^(1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeram o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).

2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(3,16)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(4,13)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecção e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).

16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽³⁾	1.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldês**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrielli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeram os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:

- Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
- Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
- Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
- Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(12,24)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,9)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa**Telefone(s):** 6133032230**E-mail:** ccdd@senado.leg.br

15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrielli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM).
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT).
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal n° 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCU DO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS

Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal

José Edmar de Queiroz

Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação

João Paulo Mendes de Lima

Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco

Rebeca Otero Gomes

Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho

Rosalina Maria Soares

Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor

Bárbara Panzeri - Fundação Lemann

Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum

Márcia Ferri - Instituto Natura



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

